

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	17
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR.....	20
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	23
10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	23
11. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO.....	26
12. INVESTIMENTOS.....	27
13. IMOBILIZADO	31
14. INTANGÍVEL.....	33
15. FORNECEDORES	34
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	36
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	40
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	40
20. PROVISÕES	43
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	50
22. RECEITA.....	50
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	52
24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	54
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	55
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	56
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	64
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	65
29. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	66
30. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2011	70
31. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2011	71
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	72
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	84
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	95

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.037.108	2.979.693	135.211	302.741
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	715.415	321.858	-	55
Consumidores e Revendedores	6	2.345.583	2.262.585	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		412.848	400.556	-	-
Ativos Financeiros - Concessão	11	920.128	625.332	-	-
Tributos Compensáveis	7a	367.408	374.430	5.229	5.233
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7b	671.466	489.813	-	-
Dividendos a Receber		-	-	254.780	230.405
Estoques		49.810	41.080	16	16
Outros Créditos		641.651	590.229	11.350	13.889
TOTAL DO CIRCULANTE		9.161.417	8.085.576	406.586	552.339
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	10	1.834.192	1.837.088	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	10	-	-	976.448	946.571
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8a	1.885.886	1.800.567	347.513	345.472
Tributos Compensáveis	7a	146.587	139.883	426	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7b	77.493	83.438	74.656	80.117
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.225.524	1.027.206	204.522	195.517
Consumidores e Revendedores	6	97.164	95.707	-	-
Outros Créditos		133.814	138.413	54.813	31.737
Ativos Financeiros - Concessão	11	7.059.297	7.315.756	-	-
Investimentos	12	-	-	11.833.028	11.313.969
Imobilizado	13	8.353.210	8.228.513	2.023	2.066
Intangível	14	5.300.317	4.803.687	741	838
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		26.113.484	25.470.258	13.494.170	12.916.713
TOTAL DO ATIVO		35.274.901	33.555.834	13.900.756	13.469.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Fornecedores	15	1.052.727	1.121.009	1.486	1.687
Encargos Regulatórios	18	399.451	415.464	-	-
Participações nos Lucros		45.740	116.183	1.141	5.129
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	477.009	403.533	21.435	32.836
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	547.172	137.035	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		620.816	1.153.895	624.563	1.153.895
Empréstimos e Financiamentos	17	3.044.071	1.573.885	390.520	373.599
Debêntures	17	4.197.300	628.681	-	-
Salários e Contribuições Sociais		238.298	243.258	9.116	12.478
Obrigações Pós-emprego	19	105.239	99.220	3.808	3.703
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		54.562	69.271	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	8.469	6.687
Outras Obrigações		339.272	441.924	12.160	14.655
TOTAL DO CIRCULANTE		11.121.657	6.403.358	1.072.698	1.604.669
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	18	199.137	142.481	-	-
Empréstimos e Financiamentos	17	4.945.322	6.244.475	18.397	36.794
Debêntures	17	1.692.307	4.779.449	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16a	810.218	692.803	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	16b	1.125.596	1.065.399	-	-
Provisões	20	437.192	370.907	188.724	187.553
Concessões a Pagar		125.051	117.802	-	-
Obrigações Pós-emprego	19	2.108.389	2.061.608	94.654	92.349
Outras Obrigações		252.985	201.419	69.236	71.554
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.696.197	15.676.343	371.011	388.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES					
Capital Social	21	3.412.073	3.412.073	3.412.073	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.806.167	2.873.253	2.806.167	2.873.253
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.123.742	1.210.605	1.123.742	1.210.605
Ajustes Acumulados de Conversão		(1.797)	(772)	(1.797)	(772)
Recursos Destinados a Aumento de Capital		27.124	27.124	27.124	27.124
Lucros Acumulados		1.135.888	-	1.135.888	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.457.047	11.476.133	12.457.047	11.476.133
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		35.274.901	33.555.834	13.900.756	13.469.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RECEITA	22	7.425.609	6.519.717	183	159
CUSTOS OPERACIONAIS	23				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS					
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.092.104)	(1.578.771)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(382.250)	(361.378)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(142.831)	(101.082)	-	-
		<u>(2.617.185)</u>	<u>(2.041.231)</u>	-	-
CUSTO DE OPERAÇÃO	23				
Pessoal e Administradores		(467.204)	(466.282)	-	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(25.804)	(79.389)	-	-
Materiais		(34.979)	(52.436)	-	-
Serviços de Terceiros		(349.342)	(296.865)	-	-
Depreciação e Amortização		(433.382)	(422.519)	-	-
Provisões Operacionais		(32.511)	(216.552)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(74.349)	(75.553)	-	-
Custo de Construção		(695.438)	(573.261)	-	-
Outras		(33.054)	(138.346)	-	-
		<u>(2.146.063)</u>	<u>(2.321.203)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(4.763.248)	(4.362.434)	-	-
RESULTADO BRUTO		2.662.361	2.157.283	183	159
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(76.658)	(75.053)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(235.836)	(237.201)	(33.945)	18.458
Outras Despesas Operacionais		(251.764)	(60.650)	(5.805)	(5.924)
		<u>(564.258)</u>	<u>(372.904)</u>	<u>(39.750)</u>	<u>12.534</u>
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro		2.098.103	1.784.379	(39.567)	12.693
Resultado de Equivalência Patrimonial	12	-	-	1.097.373	956.541
Resultado Financeiro Líquido	24	(539.254)	(356.283)	(10.762)	15.201
Resultado antes dos Impostos		1.558.849	1.428.096	1.047.044	984.435
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8b	(543.253)	(415.087)	123	(40.347)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	33.612	(85.829)	2.041	(16.908)
RESULTADO DO PERÍODO		1.049.208	927.180	1.049.208	927.180
Resultado atribuível aos acionistas Controladores da Companhia		1.049.208	927.180	1.049.208	927.180
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária		1,54	1,36	1,54	1,36
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária		1,54	1,36	1,54	1,36

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado e Controladora	
	30/06/2011	30/06/2010
RESULTADO DO PERÍODO	1.049.208	927.180
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(1.025)	(782)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(183)	451
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.048.000	926.849
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	1.048.000	926.849

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	3.101.884	3.969.099	3.177.248	1.343.383	150	(453.387)	27.124	11.165.501
Resultado do período	-	-	-	-	-	927.180	-	927.180
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(782)	-	-	(782)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	451	-	-	-	451
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	451	(782)	927.180	-	926.849
Aumento do Capital Social	310.189	(15.249)	(294.940)	-	-	-	-	-
Aquisição de Controladas em Conjunto - Efeito Reflexo da Adoção das Normas Contábeis	-	-	-	-	-	98.153	-	98.153
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(67.107)	-	67.107	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.882.308	1.276.727	(632)	639.053	27.124	12.190.503
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.412.073	3.953.850	2.873.253	1.210.605	(772)	-	27.124	11.476.133
Resultado do período	-	-	-	-	-	1.049.208	-	1.049.208
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(1.025)	-	-	(1.025)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(183)	-	-	-	(183)
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	(183)	(1.025)	-	-	(1.208)
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido								
Dividendo adicional proposto referente 2010 (R\$1,32 por ação)	-	-	(67.086)	-	-	-	-	(67.086)
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(86.680)	-	86.680	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	3.412.073	3.953.850	2.806.167	1.123.742	(1.797)	1.135.888	27.124	12.457.047

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	1.049.208	927.180	1.049.208	927.180
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades				
Depreciação e Amortização	462.186	437.952	43	91
Baixas Líquidas de Imobilizado	12.440	30.437	97	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.097.373)	(956.541)
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	66.027	33.792	(29.877)	(39.139)
Impostos Federais Diferidos	(25.122)	85.829	(2.041)	16.908
Provisões (Reversão) para Perdas Operacionais	130.532	28.513	1.171	(136.819)
Amortização de Ágio nas aquisições	-	27.876	-	-
Obrigações Pós-emprego	145.172	35.353	7.309	4.496
Outros	-	-	1.569	397
	1.840.443	1.606.932	(69.894)	(183.427)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(82.998)	(297.766)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	86.616	76.876	-	-
Tributos Compensáveis	(175.390)	(276.459)	5.465	(106.966)
Transporte de energia	(12.292)	(39.671)	-	-
Outros Ativos Circulantes	(60.152)	(261.008)	2.539	627
Outros Realizáveis a Longo Prazo	-	45.658	(23.076)	34.596
Depósitos Judiciais	(198.318)	(217.298)	(9.005)	(38.548)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	789.224	1.063.062
Ativo Financeiro	(47.139)	-	-	-
Outros	(1.221)	-	-	-
	(490.894)	(969.668)	765.147	952.771
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(68.282)	83.437	(201)	(10.423)
Impostos, Taxas e Contribuições	483.613	388.437	(11.401)	130.644
Salários e Contribuições Sociais	(4.960)	(45.186)	(3.362)	(2.281)
Encargos Regulatórios	15.036	33.582	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	206.077	96.690	16.921	(4.094)
Obrigações Pós-emprego	(92.372)	139.182	(4.899)	(1.954)
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(18.229)	-	-
Outros	(117.300)	208.144	(74.105)	84.911
	421.812	886.057	(77.047)	196.803
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.771.361	1.523.321	618.206	966.147

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	1.031.476	4.593.766	-	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(730.427)	(3.448.359)	(18.397)	(18.397)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(534.287)	(466.726)	(530.540)	(466.726)
CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(233.238)	678.681	(548.937)	(485.123)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	-	(1.749)	(236.854)	(709.219)
No Imobilizado	(379.255)	(23.148)	-	(188)
No Intangível	(671.902)	(1.337.236)	-	-
No Ativo Financeiro	(35.994)	(1.510.310)	-	-
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação financeira	(393.557)	8.868	55	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.480.708)	(2.863.575)	(236.799)	(709.407)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	57.415	(661.573)	(167.530)	(228.383)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES				
No início do período	2.979.693	4.416.089	302.741	656.704
No fim do período	<u>3.037.108</u>	<u>3.754.516</u>	<u>135.211</u>	<u>428.321</u>
	57.415	(661.573)	(167.530)	(228.383)

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	30/6/2011		30/6/2010		30/06/2011		30/6/2010	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	10.772.911		9.439.600		183		159	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(64.247)		(49.567)		-		-	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.092.104)		(1.578.771)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(382.250)		(361.378)		-		-	
Serviços de Terceiros	(468.974)		(404.853)		(2.920)		(4.399)	
Gás Comprado para Revenda	(142.831)		(101.082)		-		-	
Materiais	(47.230)		(58.717)		(84)		(211)	
Custo de Construção	(695.438)		(573.261)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(115.206)		(111.773)		(8.421)		43.235	
	(3.944.033)		(3.189.835)		(11.425)		38.625	
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.764.631		6.200.198		(11.242)		38.784	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(462.186)		(437.862)		(176)		(91)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	6.302.445		5.762.336		(11.418)		38.693	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		1.097.373		956.541	
Receitas Financeiras	520.558		433.390		46.686		45.663	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.823.003		6.195.726		1.132.641		1.040.897	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%				%
Empregados	609.963	8,94	765.163	12,35	23.026	2,04	28.823	2,77
Remuneração direta	406.472	5,96	599.688	9,68	9.823	0,87	21.167	2,03
Benefícios	162.678	2,38	131.104	2,12	8.233	0,73	5.044	0,48
FGTS	30.594	0,45	29.976	0,48	1.804	0,16	1.512	0,15
Outras	10.219	0,15	4.395	0,07	3.166	0,28	1.100	0,11
Impostos, Taxas e Contribuições	4.060.296	59,51	3.770.901	60,86	3.329	0,29	57.255	5,50
Federais	2.328.266	34,12	2.210.406	35,68	3.262	0,29	57.255	5,50
Estaduais	1.727.563	25,32	1.555.339	25,10	12	-	-	-
Municipais	4.467	0,07	5.156	0,08	55	-	-	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.103.536	16,17	732.482	11,82	57.078	5,04	27.640	2,66
Juros	1.059.015	15,52	732.482	11,82	56.662	5,00	27.640	2,66
Aluguéis	44.521	0,65	-	-	416	0,04	-	-
Remuneração de Capitais Próprios	1.049.208	15,38	927.180	14,97	1.049.208	92,63	927.179	89,07
Lucros Retidos	1.049.208	15,38	927.180	14,97	1.049.208	92,63	927.179	89,07
	6.823.003	100	6.195.726	100,00	1.132.641	100	1.040.897	100,00

Ver nota explicativa 28 para maiores informações sobre a DVA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação, em 30 de junho de 2011:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto que possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig GT possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em Conjunto:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
 - Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A TAESA possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”);
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em abril de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de Usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico, denominado PCH Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, em Caratinga e Ipanema, no Estado de Minas Gerais. Entrada em operação comercial em outubro de 2010;
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de Transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011;

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig GT em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virgíópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As Usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) - Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte sociedade por ela controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, com previsão de início de operação comercial em dezembro de 2012;

Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages em Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação da primeira máquina em outubro de 2011.

- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;

- Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;

- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda e Central Eólica Fontainha Ltda;

- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia;

- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;

- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Empresa em fase pré operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Cemig GT (49%);

- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) antiga Lighthidro passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;

- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;

- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG (“GASMIG”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;

- Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;

- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”)(Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE, com participação de 100%;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará;
- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.- (“EBTE”) (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – (“STC”) (Controlada) e Lumitrans Companhia. Transmissora de Energia Elétrica S.A. – (“Lumitrans”) (Controlada).

- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionada abaixo, em fase pré-operacional em 30 de junho de 2011:

- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada - participação de 100%) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes.
- Parati S.A Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto 25%) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	30/06/2011		31/12/2010	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100	-	100	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100	-	100
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49	-	49
Guanhães Energia	Proporcional	-	49	-	49
Madeira Energia	Proporcional	-	10	-	10
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49	-	49
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49	-	49
TAESA	Proporcional	-	56,69	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49	-	49
Cemig Distribuição	Integral	100	-	100	-
Cemig Telecom	Integral	100	-	100	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49	-	49
Rosal Energia	Integral	100	-	100	-
Sá Carvalho	Integral	100	-	100	-
Horizontes Energia	Integral	100	-	100	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100	-	100	-
Cemig PCH	Integral	100	-	100	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100	-	100	-
Cemig Trading	Integral	100	-	100	-
Efficientia	Integral	100	-	100	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100	-	100	-
UTE Barreiro	Integral	100	-	100	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100	-	100	-
Cemig Serviços	Integral	100	-	100	-
GASMIG	Proporcional	55,19	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25	-	25	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24	-	24	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,5	-	24,5	-
Light S.A.	Proporcional	26,06	-	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06	-	26,06
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	13,29
Transchile	Proporcional	49	-	49	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51	-	51	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	30,82	-	30,82
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82	-	30,82
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	19,65	-	19,65
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-	19,09	-
Axxiom	Proporcional	49	-	49	-
Parati	Proporcional	25	-	-	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	77.589	94.605	19.637	10.164
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.717.402	2.516.342	114.027	289.642
Letras Financeiras do Tesouro	57.865	121.586	424	566
Notas do Tesouro Nacional	10.164	-	102	-
Outros	174.088	247.160	1.021	2.369
	2.959.519	2.885.088	115.574	292.577
	3.037.108	2.979.693	135.211	302.741

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que varia entre 100% a 110%, conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	715.415	321.858	-	55
	715.415	321.858	-	55

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Fornecimento Faturado	2.099.439	1.996.853	25.736	26.173
Fornecimento não Faturado	791.679	856.222	-	-
Suprimento a Outras Concessionárias	175.233	66.134	-	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(623.604)	(560.917)	(25.736)	(26.173)
	2.442.747	2.358.292	-	-
Ativo Circulante	2.345.583	2.262.585	-	-
Ativo não Circulante	97.164	95.707	-	-

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 26.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
ICMS a Recuperar	265.341	223.395	3.843	3.843
PIS-PASEP	37.963	26.730	-	-
COFINS	55.363	116.723	-	-
Outros	8.741	7.582	1.386	1.390
	<u>367.408</u>	<u>374.430</u>	<u>5.229</u>	<u>5.233</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	89.351	84.746	426	426
PIS-PASEP/COFINS	57.236	55.137	-	-
	<u>146.587</u>	<u>139.883</u>	<u>426</u>	<u>426</u>
	<u>513.995</u>	<u>514.313</u>	<u>5.655</u>	<u>5.659</u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes de pagamentos efetuados a maior pela Companhia em função da adoção do regime não cumulativo para receitas das Transmissoras, cujos contratos de fornecimento de energia eram anteriores a 31 de outubro de 2003 e que, por regulamentação posterior da Receita Federal do Brasil, foram permitidas a revisão e o enquadramento no regime cumulativo. Como consequência dessa revisão, permitiu-se a restituição dos impostos pagos a maior em períodos anteriores.

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2011 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados no exercício, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência, para circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até junho de 2012.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda	482.204	353.196	-	-
Contribuição Social	189.262	136.617	-	-
	<u>671.466</u>	<u>489.813</u>	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	61.518	66.439	58.682	63.120
Contribuição Social	15.975	16.999	15.974	16.997
	<u>77.493</u>	<u>83.438</u>	<u>74.656</u>	<u>80.117</u>
	<u>748.959</u>	<u>573.251</u>	<u>74.656</u>	<u>80.117</u>

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A CEMIG, suas Controladas e Controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	561.263	570.611	262.834	260.966
Provisões	138.875	125.412	56.697	56.354
Obrigações Pós-Emprego	360.345	349.989	18.965	18.105
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	199.493	191.866	8.750	8.899
Ágio na Incorporação de Controlada	82.989	84.166	-	-
Instrumentos Financeiros	42.348	33.043	-	-
Variação Cambial	125.811	124.957	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	173.891	143.109	-	-
Concessão Onerosa	58.336	57.313	-	-
Outros	142.535	120.101	267	1.148
	<u>1.885.886</u>	<u>1.800.567</u>	<u>347.513</u>	<u>345.472</u>

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS.

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na nota 16.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da Companhia, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido, em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas individuais da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2011, conforme a seguir:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
2011	505.564	59.832
2012	306.901	49.053
2013	287.298	33.912
2014	288.776	35.390
2015 a 2016	311.887	58.503
2017 a 2018	87.208	49.892
2019 e 2020	98.252	60.931
	1.885.886	347.513

A Controladora possui, em 30 de junho de 2011, créditos tributários não reconhecidos em suas informações contábeis, no montante de R\$120.521, que refere-se, basicamente, à perda efetiva, em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios, no primeiro semestre de 2006, conforme Nota Explicativa nº 10. Em função da cessão, a provisão para perdas na recuperação dos valores, constituída em exercícios anteriores, tornou-se dedutível para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável, até a presente data, que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Resultado antes dos Impostos	1.558.849	1.428.096	1.047.044	984.435
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(530.009)	(485.552)	(355.995)	(334.708)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	-	-	370.217	284.459
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.544)	(3.100)	(3)	(278)
Incentivo Fiscal	6.589	20.190	-	254
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(5.484)	(2.491)	(5.643)	76
Amortização de Ágio	(5.857)	(4.687)	(6.325)	(5.435)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(7.977)	(1.471)	123	(1.471)
Outros	34.641	(23.805)	(210)	(152)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(509.641)	(500.916)	2.164	(57.255)
Alíquota Efetiva	32,69%	35,08 %	0,21%	5,81 %
Imposto Corrente	(543.253)	(415.087)	123	(40.347)
Imposto Diferido	33.612	(85.829)	2.041	(16.908)

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhista	218.557	212.142	46.824	46.142
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sobre JCP	13.714	13.714	-	-
PASEP/COFINS	671.626	550.944	61.873	61.592
Outros	84.315	57.289	-	-
Outros	237.312	193.117	95.825	87.783
	1.225.524	1.027.206	204.522	195.517

Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16.

10. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 30 de junho de 2011 a R\$5.342.359 (R\$ 5.070.376 em 31 de dezembro de 2010).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª no valor de R\$103.249 a valores de 30 de junho de 2011.

A amortização do débito é feita prioritariamente pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprio extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de junho de 2011, já haviam sido amortizadas de forma antecipada, as prestações do contrato com vencimento previsto para 31 de dezembro de 2011 e 30 de junho de 2012.

A assinatura do Quarto Aditivo contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social, onde são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser atendidas anualmente sendo as principais conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações também conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC")

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC"). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado naquela data pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A composição do FIDC é como segue:

	30/06/2011	31/12/2010
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	857.744	890.517
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	968.968	938.704
Dividendos retidos pelo Fundo	7.480	7.867
	976.448	946.571
TOTAL	1.834.192	1.837.088

A movimentação do FIDC no primeiro semestre de 2011 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.837.088
Atualização monetária das quotas seniores	53.843
Atualização monetária das quotas subordinadas	25.514
Aporte nas quotas subordinadas	4.363
Amortização das quotas seniores	(86.616)
Saldo em 30 de junho de 2011	1.834.192

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2010. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$133.572 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$86.617 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

c) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as informações trimestrais consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

11. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição, transmissão, gás e geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

Consolidado	30/06/2011	31/12/2010
Concessões de Distribuição	2.455.498	2.509.339
Concessões de Gás	296.470	287.425
Concessões de Transmissão Novas	4.485.211	4.399.627
Concessões de Transmissão Antigas	742.246	744.697
Total	7.979.425	7.941.088
Ativo Circulante	920.128	625.332
Ativo não Circulante	7.059.297	7.315.756

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto		
Cemig Geração e Transmissão	5.038.256	5.050.645
Cemig Distribuição	2.690.366	2.376.898
Light	867.211	867.918
Parati	245.210	-
Cemig Telecom	288.111	287.718
GASMIG	467.897	444.043
Rosal Energia	134.536	137.543
Sá Carvalho	117.547	121.843
Horizontes Energia	73.593	70.017
Usina Térmica Ipatinga	37.368	36.865
Cemig PCH	90.503	93.145
Cemig Capim Branco Energia	34.127	34.797
Companhia Transleste de Transmissão	22.965	24.040
UTE Barreiro	18.664	7.695
Companhia Transudeste de Transmissão	12.643	12.937
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	41.449	108.291
Companhia Transirapé de Transmissão	10.135	10.602
Transchile	28.186	28.908
Efficientia	9.009	8.944
Central Termelétrica de Cogeração	6.057	6.281
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.933	17.953
Cemig Trading	12.161	7.416
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	85.493	63.950
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	174.594	168.069
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	29.965	29.914
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	405.487	303.575
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	23.988	24.353
Axxiom Soluções Tecnológicas	3.558	2.970
Cemig Serviços	4.815	45
	10.993.827	10.347.375
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	19.340	22.103
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	46.193	60.292
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	128.837	131.853
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	33.236	34.014
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	257.955	352.942
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	21.845	22.412
Ágio na Aquisição de Participação na Light	331.795	342.978
	839.201	966.594
	11.833.028	11.313.969

a) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2011			Janeiro a junho de 2011	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	4.552.256	523.879	511.672
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.690.366	-	313.467
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.327.427	214.821	211.664
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	288.111	8.500	9.772
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	134.536	14.650	11.643
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	117.547	16.310	12.014
GASMIG	409.255.483	55,19	643.780	847.754	18.001	61.220
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	73.593	3.415	6.991
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	37.368	4.710	5.213
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	90.503	12.579	9.937
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	34.127	19.866	19.196
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	91.862	14.148	9.850
UTE Barreiro	23.328.000	100,00	30.902	18.664	-	3.395
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	52.678	7.757	5.673
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	41.449	59.996	(6.846)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	41.366	5.735	4.439
Transchile	47.233.672	49,00	68.902	57.524	-	387
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	9.009	2.173	2.238
Central Termelétrica de Cogeração	5.001.000	100,00	5.001	6.057	613	389
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	39.085	-	3.885
Cemig Trading	160.297	100,00	160	12.161	7.224	11.969
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	41,96	89.390	171.039	5.938	22.234
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	349.266	36.297	46.385
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	49,99	23.400	59.945	12.528	9.923
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	38,53	355.697	811.262	72.952	100.058
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	125.640	18.842	14.863
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	9.200	7.261	-	743
Cemig Serviços	100.000	100,00	5.100	4.815	-	(230)
Parati	983.653	25,00	983.653	980.839	-	(2.813)

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação CEMIG (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.050.645	607.934	1.084.110
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.376.898	158.707	441.002
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.330.144	491.838	575.150
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.718	16.400	28.140
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	137.543	2.500	15.712
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	121.843	7.224	20.502
GASMIG	409.255.483	55,19	643.780	804.534	92.267	108.095
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	70.017	3.477	6.339
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	36.865	3.783	8.940
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	93.145	2.500	14.481
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	34.797	16.098	37.014
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	96.159	15.116	17.905
UTE Barreiro	23.328.000	100,00	23.328	7.695	-	(7.498)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	53.903	8.962	9.520
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	108.291	-	107.805
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	43.272	302	7.526
Transchile	47.233.672	49,00	78.701	58.995	-	1.419
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	8.944	1.504	3.871
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.281	808	1.494
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	35.200	-	123
Cemig Trading	160.297	100,00	160	7.416	31.656	38.880
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	41,96	82.544	152.414	21.398	43.462
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	145.663	336.212	48.017	95.031
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	49,99	23.400	59.845	15.949	17.594
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	38,53	323.579	787.892	137.540	199.790
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	127.551	7.093	29.587
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	6.060	-	(1.192)
Cemig Serviços	100.000	100	100	45	-	(53)

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2010	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2011
Cemig Geração e Transmissão	5.050.645	511.672	-	(523.879)	(182)	5.038.256
Cemig Distribuição	2.376.898	313.467	-	-	1	2.690.366
Cemig Telecom	287.718	8.893	-	(8.500)	-	288.111
Rosal Energia	137.543	11.643	-	(14.650)	-	134.536
Sá Carvalho	121.843	12.014	-	(16.310)	-	117.547
GASMIG	444.043	33.789	-	(9.935)	-	467.897
Horizontes Energia	70.017	6.991	-	(3.415)	-	73.593
Usina Térmica Ipatinga	36.865	5.213	-	(4.710)	-	37.368
Cemig PCH	93.145	9.937	-	(12.579)	-	90.503
Cemig Capim Branco Energia	34.797	19.196	-	(19.866)	-	34.127
Companhia Transleste de Transmissão	24.040	2.462	-	(3.537)	-	22.965
UTE Barreiro	7.695	3.395	7.574	-	-	18.664
Companhia Transudeste de Transmissão	12.937	1.568	-	(1.862)	-	12.643
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	108.291	(6.846)	-	(59.996)	-	41.449
Companhia Transirapê de Transmissão	10.602	938	-	(1.405)	-	10.135
Transchile	28.908	303	-	-	(1.025)	28.186
Efficientia	8.944	2.238	-	(2.173)	-	9.009
Central Termelétrica de Cogeração	6.281	389	-	(613)	-	6.057
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.953	1.980	-	-	-	19.933
Light	867.918	55.281	-	(55.988)	-	867.211
Cemig Trading	7.416	11.969	-	(7.224)	-	12.161
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	63.950	10.843	467	(2.492)	12.725	85.493
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	168.069	24.670	-	(18.145)	-	174.594
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	29.914	5.939	375	(6.263)	-	29.965
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	303.575	46.542	4.786	(36.460)	87.044	405.487
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	24.353	3.232	-	(3.597)	-	23.988
Axxiom Soluções Tecnológicas	2.970	588	-	-	-	3.558
Cemig Serviços	45	(230)	5.000	-	-	4.815
Parati	-	(703)	245.913	-	-	245.210
	10.347.375	1.097.373	264.115	(813.599)	98.563	10.993.827

a) Mais valia de ativos nas aquisições de participações

A mais valia de ativos nas aquisições das participações das empresas adquiridas pela Companhia correspondem à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia das concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da Concessão. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor

Foi outorgada na Assembleia Geral Extraordinária da CEMIG, datada de 24 de março de 2011, uma opção de venda ao Fundo de Investimento em Participações Redentor – FIP Redentor (“FIP Redentor”), que terá o direito de vender a totalidade das ações da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), pertencentes ao FIP Redentor, ao final do 60º mês da data de subscrição das ações, mencionado na letra “c” desta nota. O valor do exercício corresponderá ao valor pago na subscrição das ações, adicionado de outros gastos para constituição e administração do fundo e deduzido dos dividendos e benefícios recebidos pelo FIP Redentor, atualizado pela variação do CDI + 0,9% a.a.

A Parati foi constituída com o objetivo de adquirir as ações representativas de 26,06% do capital votante da Light, detidas originalmente pelo FIP PCP e pela Enlighted. A CEMIG participa em 25% da Parati, e os demais cotistas (Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Votorantim S.A., BB Banco de Investimento S.A. e BTG Pactual S.A.) em 75%.

c) Aquisição de ações da Redentor Energia S/A. pela Parati S/A.

A Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”), empresa controlada em conjunto da Cemig, adquiriu em 12 de abril de 2011, 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor Energia S.A. (“Redentor”), pelo valor total de R\$403.350 mil, correspondendo a um preço por ação de R\$6,87.

Como a transação resultou na transferência do controle da Redentor, a Parati realizará oferta pública para a aquisição das ações remanescentes da Redentor, de acordo com os termos e condições do art. 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 361/02, e do item 8.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“Novo Mercado”), pelo mesmo preço por ação pago ao FIP-PCP (“OPA”).

Adicionalmente, a Parati poderá, dentro do prazo de um ano, realizar oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta da Redentor, bem como sua saída do Novo Mercado, sem que os acionistas da Redentor recebam a diferença, caso existente, entre o preço a ser pago na OPA e o preço a ser pago na oferta de que trata este parágrafo.

d) Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a controlada TAESA adquiriu uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224, referente à data-base de 31 de dezembro de 2010.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estarão sujeitas à ocorrência de condições suspensivas, destacando-se: (i) aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, (ii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iii) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

13. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor líquido
Em Serviço	18.795.204	(11.701.730)	7.093.474	6.997.380
Terrenos	419.664	-	419.664	411.000
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.924.388	(4.913.574)	3.010.814	2.999.805
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.321.915	(1.509.965)	811.950	845.093
Máquinas e Equipamentos	8.053.501	(5.223.536)	2.829.965	2.723.096
Veículos	27.205	(15.155)	12.050	10.837
Móveis e Utensílios	48.531	(39.500)	9.031	7.549
Em Curso	1.259.736	-	1.259.736	1.231.133
Ativos em Formação	1.259.736	-	1.259.736	1.231.133
Imobilizado Líquido - Consolidado	20.054.940	(11.701.730)	8.353.210	8.228.513

Mutação do Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Adição /Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2011
Em Serviço	6.997.380	350.652	(3.160)	(251.398)	7.093.474
Terrenos	411.061	8.688	(85)	-	419.664
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.999.805	85.193	-	(74.184)	3.010.814
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	802.819	38.667	(14)	(29.522)	811.950
Máquinas e Equipamentos	2.765.362	213.286	(3.061)	(145.622)	2.829.965
Veículos	10.837	3.048	-	(1.835)	12.050
Móveis e Utensílios	7.496	1.770	-	(235)	9.031
Em Curso	1.231.133	28.603	-	-	1.259.736
Imobilizado Líquido - Controladora	8.228.513	379.255	(3.160)	(251.398)	8.353.210

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão prevêem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

As taxas médias anuais de depreciação dos negócios das controladas em 30 de junho de 2011 são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,49%
Termelétricas	3,98%
Administração e outras	12,69%
Telecomunicações	6,72%

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível, da Cemig Geração e Transmissão da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	30/06/2011	31/12/2010
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.627	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,64	182.360	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,45	206.729	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	549.537	549.537
Usina de Baguari	34,00%	2,56	181.416	-
Usina de Capim Branco	21,05%	2,52	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(187.354)	(171.321)
Total em operação			1.083.109	917.726
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		1.886	1.579
Usina de Funil	49,00%		645	648
Usina de Aimorés	49,00%		1.664	1.187
Usina Igarapava	14,50%		1.171	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		157	156
Usina de Baguari	34,00%		108	181.416
Usina de Capim Branco	21,05%		1.277	1.264
Total em construção			6.908	187.421
Total de Consórcios - Consolidado			1.089.985	1.105.147

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II.	VALE S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras LTDA.	17,89
	Votorantin Metais e Zinco S.A.	12,63

14. INTANGÍVEL

Controladora	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	13.309	(12.574)	735	833
Com Vida Útil Definida	13.309	(12.574)	735	833
- Direito de uso de softwares	3.794	(3.062)	732	830
- Marcas e Patentes	5	(2)	3	3
- Cemig Telecom SA	9.510	(9.510)	-	-
Em Curso	6	-	6	5
- Ativos em formação	6	-	6	5
Intangível Líquido - Controladora	13.315	(12.574)	741	838

Consolidado	30/06/2011			31/12/2010
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	9.812.111	(6.411.717)	3.400.394	3.080.733
Com Vida Útil Definida				
- Servidão	30.698	(1.495)	29.203	61.459
- Outros	162.974	(134.364)	28.610	29.332
- Concessão Onerosa	31.974	(8.218)	23.756	24.336
- Ativos de Concessão	9.586.465	(6.267.640)	3.318.825	2.965.606
Em Curso	1.899.923	-	1.899.923	1.722.954
- Ativos em formação	1.899.923	-	1.899.923	1.722.954
Intangível Líquido - Consolidado	11.712.034	(6.411.717)	5.300.317	4.803.687

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Transferências Intangível X Financeiro	Saldo em 30/06/2011
- Servidão	61.459	1	-	(47)	(32.210)	-	29.203
- Concessão Onerosa	24.336	-	-	(432)	(148)	-	23.756
- Ativos de Concessão	2.965.606	278.785	(9.268)	(217.028)	46.732	253.998	3.318.825
- Outros	29.332	(4.797)	(12)	(314)	4.401	-	28.610
- Ativos em Formação	1.722.954	215.902	-	-	(38.933)	-	1.899.923
Intangível Líquido - Consolidado	4.803.687	489.891	(9.280)	(217.821)	(20.158)	253.998	5.300.317

Os Ativos Intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que são baseados na vida útil dos ativos.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão.

15. FORNECEDORES

	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	141.313	150.953
Furnas	8.088	30.555
CCEE	79.971	127.089
Leilões de Energia	37.716	39.155
Outros	477.723	364.561
	744.811	712.313
Materiais e Serviços	307.916	408.696
	1.052.727	1.121.009

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Circulante				
ICMS	315.725	277.202	18.091	18.095
COFINS	92.988	65.803	632	9.947
PASEP	20.190	10.738	137	2.159
INSS	18.424	23.267	1.608	1.887
Outros	29.682	26.523	967	748
	477.009	403.533	21.435	32.836
Não Circulante				
COFINS	619.654	530.638	-	-
PASEP	134.530	115.189	-	-
Outros	56.034	46.976	-	-
	810.218	692.803	-	-
	1.287.227	1.096.336	21.435	32.836

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig D e Cemig GT obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda	414.446	111.713
Contribuição Social	132.726	25.322
	547.172	137.035
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		
Imposto de Renda	829.121	712.254
Contribuição Social	296.475	353.145
	1.125.596	1.065.399
	1.672.768	1.202.434

As Obrigações Diferidas, do Não Circulante, de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, em sua maior parte, ao efeito fiscal decorrente do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10 em 31 de dezembro de 2010.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2011			31/12/2010
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6	US\$	39.093	-	39.093	62.597
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	8.203	35.564	43.767	51.035
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	2.583	-	2.583	3.809
KFW	2016	4,5	EURO	1.495	6.728	8.223	8.817
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	3.436	14.729	18.165	19.414
Banco Inter Americano del Desarrollo (13)	2026	4,2	US\$	1.108	29.285	30.393	33.873
Outros	2025	Diversas	Diversas	7.933	2.997	10.930	11.722
Dívida em Moeda Estrangeira				63.851	89.303	153.154	191.267
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	307.141	582.000	889.141	887.523
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	32.316	45.639	77.955	85.063
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.579	126.000	128.579	135.276
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	1.226.599	-	1.226.599	1.223.789
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	71.292	595.689	666.981	630.494
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5 do CDI	R\$	6.180	405.402	411.582	-
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	214.885	-	214.885	235.052
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	2.770	-	2.770	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	61.667	-	61.667	77.020
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.016	107.466	115.482	119.336
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	543	910	1.453	1.366
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	105.795	135.867	241.662	296.286
Bradesco S.A.	2011	105,50 do CDI	R\$	371.339	-	371.339	350.890
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	256.994	-	256.994	243.038
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15)	2031	IGP-M	R\$	-	44.214	44.214	37.083
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	347.837	-	347.837	354.638
Debêntures (12)	2017	IPCA + 7,96	R\$	510.732	-	510.732	472.333
Debêntures	2012	CDI + 0,90	R\$	1.650.826	-	1.650.826	1.725.974
Debêntures	2015	IPCA + 7,68	R\$	1.288.819	-	1.288.819	1.284.860
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	11.614	19.005	30.619	36.724
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	60.494	298.091	358.585	373.365
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	48.565	-	48.565	60.641
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	97.495	138.297	235.792	240.879
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	19.181	18.397	37.578	59.503
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	165.803	691.941	857.744	890.517
Banco do Brasil S.A. (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	1.366	22.768	24.134	25.500
UNIBANCO S.A (14)	2020	TJLP + 2,55	R\$	365	5.748	6.113	6.460
Debêntures I e IV (10)	2015	TJLP + 4,00	R\$	6	15	21	22
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,50	R\$	38.742	177.501	216.243	210.287
Debêntures VI (10)	2011	115% do CDI	R\$	-	-	-	78.642
Debêntures VII (10)	2016	CDI + 1,35	R\$	3.654	180.361	184.015	-
Debêntures I LIGHT ENERGIA (10)	2016	CDI + 1,45	R\$	1.343	47.576	48.919	-
CCB Bradesco S.A (10)	2017	CDI + 0,85	R\$	11.604	125.213	136.817	120.242
ABN AMRO Real S.A. (10)	2010	CDI + 0,95	R\$	2.025	22.260	24.285	21.541
Banco Itaú – BBA S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	624	5.911	6.535	5.274
BNDES – FINEM (10)	2019	TJLP	R\$	44.018	159.252	203.270	189.686
Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	688	5.851	6.539	5.274
UNIBANCO S.A (16)	2022	TJLP + 4,55	R\$	210	1.974	2.184	1.762
Unibanco S.A. (16)	2022	IGPM + 9,85	R\$	907	3.955	4.862	3437
DEBENTURES (16)	2016	CDI+1,30%	R\$	3.103	11.670	14.773	-
DEBENTURES (16)	2016	CDI+1,30%	R\$	20.610	77.452	98.062	-
DEBENTURES (16)	2016	CDI+1,30%	R\$	39.067	146.761	185.828	-
BNDES (17)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	303.527	303.527	262.420
Debêntures (17)	2013	IPCA	R\$	-	196.284	196.284	182.188
BNDES – Repasse (17)	2033	TJLP	R\$	-	360.528	360.528	316.159
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (16)	2022	Diversas	R\$	13.809	161.084	174.893	365.577
BNDES (18)	2024	TJLP + 2,50	R\$	3.020	38.468	41.488	42.119
CEF S.A (19)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.712	59.286	65.998	67.128
CEF S.A (20)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.497	47.672	53.169	54.157
CEF S.A (21)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.028	88.024	97.052	96.601
BNDES (22)	2018	Diversas	R\$	2.019	11.015	13.034	14.147
Sindicato de Bancos (22)	2010	CDI + 1,50	R\$	9.297	13.776	23.073	27.696
CEF S.A (22)	2016	117,5 do CDI	R\$	2.382	9.368	11.750	12.904
DEBENTURES(22)	2017	CDI+1,6	R\$	35.567	810.473	846.040	819.065
BNDES (24)	2016	TJLP + 3,12	R\$	24.789	119.449	144.238	158.373
BNDES (25) CEMIG TELECOM	2017	Diversas	R\$	5.048	47.654	52.702	48.539
Outros	2025	Diversas	R\$	22.538	78.532	101.070	74.498
Dívida em Moeda Nacional				7.177.520	6.548.326	13.725.846	13.035.223
Total Geral Consolidado				7.241.371	6.637.629	13.879.000	13.226.490

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados "swaps" com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light) e PARATI;
- (11) Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (13) Financiamento da Transchile;
- (14) Financiamento de Cachoeirão;
- (15) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (16) Empréstimos e financiamentos consolidados do grupo TBE;
- (17) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (18) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
- (19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.;
- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.a.;
- (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.;
- (22) Empréstimo realizado pela controlada TAESA;
- (23) 3ª Emissão de Nota Promissória da Cemig GT;
- (24) Empréstimo e financiamento da GASMIG;
- (25) Empréstimo realizado pela CEMIG TELECOM- ATIVAS;

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	14.482	28.572	25.994	4.163	1.915	2.145	2.301	60.410	139.982
Euro	2.068	2.758	1.495	1.495	1.495	1.494	-	-	10.805
UMBNDDES (**)	154	291	293	293	292	293	293	458	2.367
	16.704	31.621	27.782	5.951	3.702	3.932	2.594	60.868	153.154
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	74.936	129.413	532.514	464.933	641.561	164.399	163.350	-	2.171.106
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	33.062	62.636	56.988	55.605	47.217	35.978	27.711	40.033	359.230
Certificado Depósito Interbancário – CDI	1.570.941	3.196.565	1.367.510	1.260.393	565.279	263.705	131.336	-	8.355.729
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	6.335	12.670	11.614	-	-	-	-	-	30.619
URTJ (*)	49.672	123.443	124.109	137.193	129.433	124.943	101.606	777.462	1567.861
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	2.909	2.492	2.541	347.671	1.617	1.373	1.301	51.732	411.636
UMBNDDES (**)	13.333	25.789	25.662	25.663	21.596	20.283	9.175	6.175	147.676
Outros (IGP-DI, INPC-TR-SELIC) (***)	4.198	2.282	1.971	2.009	614	210	210	210	11.704
Sem Indexador	73.523	(3.367)	598.872	383	577	231	22	44	670.285
	1.828.909	3.551.923	2.721.781	2.293.850	1.407.894	611.122	434.711	875.656	13.725.846
	1.845.613	3.583.544	2.749.563	2.299.801	1.411.596	615.054	437.305	936.524	13.879.000

- (*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.
- (**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES.
- (***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2011 %	Indexadores	Varição Acumulada em 2011 %
Dólar Norte-americano	(6,31)	IGPM	3,15
Euro	1,74	IPCA	3,87
		FINEL	0,62
		CDI	5,52
		SELIC	5,53

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.226.490	410.393
Aquisição de controlada – saldo inicial	122.066	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	1.031.476	-
Variação monetária e cambial	145.384	-
Custos na obtenção de recursos	(10.155)	-
Amortização de custos na obtenção de recursos	3.910	-
Encargos financeiros provisionados	665.145	23.728
Encargos financeiros pagos	(575.444)	(6.807)
Capitalização	6	-
Ajuste a Valor Presente	549	-
Amortização de financiamentos	(730.427)	(18.397)
Saldo em 30 de junho de 2011	13.879.000	408.917

Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não atendeu determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima. Os consentimentos de que os credores não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foram obtidos em datas posteriores a 30 de junho de 2011, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, quatro delas não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2011
CEMIG		
Dívida / EBITDA	Menor ou igual a 2,5	2,75
Cemig Distribuição		
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	71%
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%	56%
Cemig Geração e Transmissão		
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%	55,01%
Dívida / EBITDA	Menor ou igual a 90%	99,62%

Em 12 de agosto de 2011 a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores, de que não irão exigir o vencimento antecipado da obrigação.

Novas Captações Cemig Distribuição

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

Emissão de Debêntures da Light SESA

Em maio de 2011, a Light SESA concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$650.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 2 de maio de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 5 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,35% ao ano definido em processo de bookbuilding, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 2 de maio de 2016.

Em maio de 2011, a Light Energia concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$170.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 10 de abril de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 12 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + spread de 1,45% ao ano, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 10 de abril de 2016.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão – RGR	50.532	46.086
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	67.978	51.438
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	44.059	35.264
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.210
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.061	3.764
Eficiência Energética	153.062	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	206.961	196.191
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.482	3.847
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	8.903	7.704
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	2.880	17.755
Encargo de Capacidade Emergencial	50.890	34.071
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	3.573	3.127
	598.588	557.945
Passivo Circulante	399.451	415.464
Passivo Não Circulante	199.137	142.481

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig GT e Cemig D em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$866.155 em 30 de junho de 2011 (R\$868.178 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas Cemig GT e Cemig D, e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Controladora em conjunto vinculados à BRASLIGHT e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a SPC aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.039.402 em 30 de junho de 2011 (R\$1.016.185 em 31 de dezembro de 2010). O efeito no consolidado da controlada em conjunto em 30 de junho de 2011 é da parcela correspondente a 26,06% deste valor conforme consolidação proporcional.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ					
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	42.805		28.029	1.555	23.663	96.052
Despesa Reconhecida no Resultado	3.091		2.216	56	1.946	7.309
Contribuições Pagas	(3.210)		(1.279)	(22)	(388)	(4.899)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2011	42.686		28.966	1.589	25.221	98.462
Passivo Circulante	3.808		-	-	-	3.808
Passivo Não Circulante	38.878		28.966	1.589	25.221	94.654

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	868.178	264.850	553.669	30.132	443.999	2.160.828
Despesa Reconhecida no Resultado	62.699	20.695	34.458	696	26.624	145.172
Contribuições Pagas	(64.722)	(14.239)	(25.409)	(412)	(5.496)	(110.278)
Aquisição de participação acionária na Light	-	17.906	-	-	-	17.906
Passivo Líquido em 30 de junho de 2011	866.155	289.212	562.718	30.416	465.127	2.213.628
Passivo Circulante	76.369	28.870	-	-	-	105.239
Passivo Não Circulante	789.786	260.342	562.718	30.416	465.127	2.108.389

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

20. PROVISÕES

A CEMIG e suas Controladas e Controladas em Conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora:

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

	Consolidado IFRS		
	Saldo em 31/12/2010	Adições / Atualizações (-) Reversões	Saldo em 30/06/2011
Trabalhistas			
Diversos	114.145	4.905	119.050
Cíveis			
Danos Pessoais	42.970	(14.480)	28.490
Majoração Tarifária	25.715	18.478	44.193
Ambiental	3.185	130	3.315
Outras	70.364	30.035	100.399
Fiscais			
FINSOCIAL	21.807	147	21.954
PIS/COFINS	1.702	2.764	4.466
ICMS	24.604	2.743	27.347
INSS	17.788	458	18.246
Outras	21.347	8.470	29.817
Regulatórios			
Processos Administrativos da ANEEL	27.280	12.635	39.915
Total	370.907	66.285	437.192

	Controladora BRGAAP		
	Saldo em 31/12/2010	Adições / Atualizações (-) Reversões	Saldo em 30/06/2011
Trabalhistas			
Diversos	57.896	(3.835)	54.061
Cíveis			
Danos Pessoais	15.761	554	16.315
Majoração Tarifária	13.444	17.567	31.011
Outras	45.488	(13.935)	31.553
Fiscais			
FINSOCIAL	21.807	147	21.954
INSS	1.226	45	1.271
Outras	4.813	6.118	10.931
Regulatórios			
Processos Administrativos da ANEEL	27.118	(5.490)	21.628
Total	187.553	1.171	188.724

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de horas extras e adicional de periculosidade, além de danos morais e materiais.

(b) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento, e não recolhidos, estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente à data do balanço, provisionada no montante de R\$104.938 (R\$94.400 em 31 de dezembro de 2010), e a participação da CEMIG representa uma cota parte de R\$27.351 (R\$24.604 em 31 de dezembro de 2010) nesta ação.

(c) INSS

Em dezembro de 1999, o INSS lavrou autos de infração contra a Light, em função de responsabilidade solidária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da Contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de Contribuição Previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que, também, alterou a base de cálculo das Contribuições Previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de Contribuição Previdenciária por parte da Empresa.

A expectativa de perdas, nas ações mencionadas, é considerada provável e os valores provisionados, referentes às ações movidas pelo INSS, representam o montante de R\$16.977 em 30 de junho de 2011 (R\$16.562 em 31 de dezembro de 2010).

(d) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig GT foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera a expectativa de perda mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, no valor de R\$3.315 em 30 de junho de 2011 (R\$3.185 em 31 de dezembro de 2010), que está devidamente provisionada.

(e) Outros

No que se refere às ações cíveis, são, basicamente, reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente, por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão, em 30 de junho de 2011, representa a perda potencial sobre as reivindicações.

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação pendente na data do balanço, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas Informações Trimestrais, demonstrados os principais a seguir:

(I) Atos da ANEEL

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG, afirmando que a Companhia deve R\$985.569 (R\$962.572 em 31 de dezembro de 2010) ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC, que foram, previamente, utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu Ofício de cobrança no valor do débito. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(II) Obrigações Previdenciárias e Fiscais - Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.834, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Adicionalmente, a Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração questionando o não pagamento das contribuições sociais previdenciárias (parcela patronal) relativas ao anuênio indenizado, para prevenir decadência, no valor de R\$17.203.

Em setembro de 2006, a CEMIG foi notificada pelo INSS, em função do não recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre os valores pagos a título de Participação nos Resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$199.656 (R\$192.707 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia recorreu da decisão na esfera administrativa. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas. A CEMIG acredita ter argumentos de mérito à defesa, sendo a expectativa de perda, nesta ação, considerada possível.

(III) ICMS

A CEMIG foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações, no montante de R\$53.014 (R\$51.159 em 31 de dezembro de 2010). A probabilidade de perda foi estimada como possível que haja uma obrigação presente na data do balanço. Entretanto, caso a Companhia venha a ter que recolher o ICMS incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa.

(IV) Contingência regulatória - CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado atacadista de energia, durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no Mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$117.762 (R\$112.838 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(V) Reclamações Cíveis

A Companhia é ré em processos, questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados, referentes à contribuição de Iluminação Pública, no valor total de R\$674.939 (R\$636.723 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda, nessa ação, é possível.

(VI) Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de R\$368.875, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

(VII) Consórcio UHE Aimorés

Indenização por danos morais e materiais, devido os prejuízos causados com a construção da Barragem e da Casa de Força da Usina Hidroelétrica de Aimorés, que diminuíram a incidência de peixes no rio Doce e, conseqüentemente, a renda dos autores, que são pescadores na região. O montante da contingência é de R\$20.788 e a participação da Gemig Geração e Transmissão no consórcio é de 49%, o que representa uma cota parte de R\$10.186 nesta ação.

(VIII) Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, foi fixada multa diária de R\$1mil no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$116.940.

(IX) Contribuições à Seguridade Social

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração exigindo contribuições destinadas à Seguridade Social, relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no valor de R\$171.459. Desse montante, os principais valores referem-se à glosa da Receita Federal de Salário “in natura” Alimentação, sem inscrição no PAT, uma vez que, em virtude da desverticalização da Companhia, a Receita Federal entende que a Cemig deveria ter inscrito as empresas desverticalizadas no PAT em 2005, o que só ocorreu em 2008, e à PLR períodos 2005 e 2006, pagas sob definição de metas e indicadores corporativos, não declarados na GFIP.

(X) Não recolhimento de ICMS incidente sobre a TUSD

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais emitiu Auto de Infração exigindo o recolhimento do ICMS incidente sobre às parcelas que compõem a TUSD faturadas no período de ago/2005 a set/10, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida. O valor da contingência é de R\$170.943.

(XI) Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$998.042.

(XII) Irregularidades na medição do consumo e/ou cobranças indevidas

Diversos consumidores solicitam a revisão na medição do consumo, o cancelamento de cobranças indevidas, a devolução, em dobro, dos valores pagos indevidamente e o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. O valor, estimado, da contingência é de R\$90.787.

(XIII) Fiscais

As contingências fiscais com probabilidade de perda possível, reconhecidas pela Light SESA, correspondem a: exigência do IRPJ e da CSL sobre os lucros auferidos pela LIR e LOI desde 1996; não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos; multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de baixa-renda. Essas causas somam em R\$175.540, equivalentes à cota parte da CEMIG, em 30 de junho de 2011.

Ação em que a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$190.458 (R\$185.906 em 31 de dezembro de 2010), líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2011, o Capital Social da CEMIG é de R\$3.412.073, representado por 298.269.668 ações ordinárias e 384.144.914 preferenciais ambas com valor nominal de R\$5,00.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2011, a distribuição de R\$1.196.074 aos acionistas como dividendos, sendo R\$1.128.988 como dividendos obrigatórios e R\$67.086 como dividendos complementares.

A Companhia conta com os dividendos que serão recebidos das controladas durante o exercício de 2011 para o cumprimento de suas obrigações a pagar, incluindo os dividendos mencionados acima, bem como suas demais despesas operacionais.

22. RECEITA

	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	30/06/2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	8.058.144	7.207.333
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	903.585	696.401
Receita de Uso da Rede de Transmissão (b)	673.577	647.648
Receita de Construção	696.353	573.261
Outras Receitas Operacionais (c)	441.252	314.957
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (d)	(3.347.302)	(2.919.883)
Receita Operacional Líquida	7.425.609	6.519.717

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Residencial	5.449.537	4.868.033	2.612.522	2.338.506
Industrial	12.747.757	11.628.653	2.083.263	1.906.988
Comércio, Serviços e Outros	3.541.497	3.066.015	1.476.599	1.343.826
Rural	1.148.382	1.111.073	316.140	294.990
Poder Público	608.034	519.498	258.655	223.925
Iluminação Pública	666.924	596.534	167.278	151.589
Serviço Público	708.963	654.505	199.443	190.697
Subtotal	24.871.094	22.444.311	7.113.900	6.450.521
Consumo Próprio	29.471	25.053	-	-
Subvenção de Baixa Renda (1)	-	-	45.025	67.456
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	33.648	(44.728)
	24.900.565	22.469.364	7.192.573	6.473.249
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	6.821.812	6.426.910	812.805	666.515
Transações com energia na CCEE	3.168.752	3.373.498	46.366	63.256
Vendas no Proinfra	25.578	17.691	6.400	4.313
Total	34.916.707	32.287.463	8.058.144	7.207.333

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(1) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

(b) Receita de Uso da Rede de Transmissão

	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	30/06/2010
Receita de Uso da Rede Básica	592.911	597.489
Receita de Sistema de Conexão	80.666	50.159
	673.577	647.648

(c) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	30/06/2010
Fornecimento de Gás	268.782	185.621
Serviço Taxado	7.933	7.552
Serviço de Telecomunicações	77.737	60.014
Prestações de Serviços	50.717	29.240
Aluguel e Arrendamento	35.362	30.615
Outras	721	1.915
	441.252	314.957

(d) Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	30/06/2010
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.710.308	1.524.505
COFINS	719.469	648.418
PIS-PASEP	156.215	141.051
Outros	2.525	4.113
	<u>2.588.517</u>	<u>2.318.087</u>
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	91.696	79.303
Programa de Eficiência Energética – PEE	20.143	21.765
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	245.275	209.709
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	335.546	225.071
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	18.575	16.983
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	16.337	15.039
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	8.167	7.520
Encargos de Capacidade Emergencial	8.520	10.328
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	14.526	16.078
	<u>758.785</u>	<u>601.796</u>
	3.347.302	2.919.883

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal (a)	604.170	593.230	25.145	19.161
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	24.090	79.389	(1.714)	2.344
Obrigações Pós-emprego	61.775	35.353	4.218	4.496
Materiais	47.230	58.717	84	211
Serviços de Terceiros (b)	468.974	404.853	2.920	4.399
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.092.104	1.578.771	-	-
Depreciação e Amortização	462.186	437.862	176	91
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	74.349	75.613	-	-
Provisões (Reversão) Operacionais (d)	106.826	207.133	763	(51.860)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	382.250	361.378	-	-
Gás Comprado para Revenda	142.831	101.082	-	-
Custos de Construção	695.438	573.261	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	165.283	228.696	8.158	8.624
	5.327.506	4.735.338	39.750	(12.534)

a) Custos e Despesas com Pessoal	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Remunerações e Encargos	547.055	516.198	18.413	14.574
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	30.924	31.374	1.883	1.916
Benefícios Assistenciais	61.343	60.597	1.891	1.661
	<u>639.322</u>	<u>608.169</u>	<u>22.187</u>	<u>18.151</u>
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	10.219	25.378	3.166	1.010
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(45.371)	(40.317)	(208)	-
	<u>(35.152)</u>	<u>(14.939)</u>	<u>2.958</u>	<u>1.010</u>
	604.170	593.230	25.145	19.161

b) Serviço de Terceiros	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	70.122	63.585	-	-
Comunicação	41.345	33.767	881	822
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	93.901	90.619	19	33
Conservação e Limpeza de Prédios	30.477	21.867	23	13
Mão de Obra Contratada	24.999	24.831	38	12
Fretes e Passagens	4.670	5.307	604	645
Hospedagem e Alimentação	10.106	9.714	107	117
Vigilância	10.221	8.464	-	-
Consultoria	6.394	17.563	245	1.036
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	19.873	13.099	38	116
Manutenção e Conservação de Veículos	13.463	11.869	17	25
Corte e Religação	22.769	14.054	-	-
Meio Ambiente	11.840	11.080	-	-
Outros	108.794	79.034	948	1.580
	468.974	404.853	2.920	4.399

(c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	30/06/2010
Energia de Itaipu Binacional	434.950	273.870
Energia de curto prazo	170.246	50.488
PROINFA	98.690	81.730
Contratos Bilaterais	242.662	194.443
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.003.729	1.049.440
Energia adquirida no Ambiente Livre	306.378	78.141
Créditos de PASEP-COFINS	(164.551)	(149.341)
	2.092.104	1.578.771

d) Provisões Operacionais	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Prêmio de Aposentadoria	3.985	(4.321)	(248)	(224)
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	64.247	49.567	-	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	5.444	1.089	-	(331)
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	1.794	11.373	(5.490)	1.737
Reversão para Contingências Jurídicas - Ações Cíveis	(6.647)	(13.047)	(14.394)	(20.129)
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis - Majoração Tarifária	17.657	143.447	17.566	(34.483)
Lucro Inflacionário	-	132	-	132
Outras Provisões	20.346	18.893	3.329	1.438
	106.826	207.133	763	(51.860)

e) Outras Despesas Operacionais Líquidas	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Arrendamentos e Aluguéis	44.521	21.947	416	373
Propaganda e Publicidade	7.680	16.786	357	10
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.646	5.782	-	-
Subvenções e Doações	9.231	13.294	444	949
Taxa de Fiscalização da ANEEL	22.670	22.838	-	-
Taxa de Licenciamento - TFDR (*)	14.991	27.114	-	-
Concessão Onerosa	11.178	10.228	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	10.473	12.179	84	179
Seguros	4.701	6.197	421	684
Anuidade CCEE	3.248	2.463	2	2
FORLUZ - Custeio Administrativo	6.434	7.647	381	464
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	6.708	11.862	2	-
Outras Despesas	11.802	70.359	6.051	5.963
	165.283	228.696	8.158	8.624

(*) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	198.171	183.629	15.184	22.972
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	77.878	67.923	-	-
Variações Monetárias	50.200	56.342	2.715	3.973
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	79.358	69.623	-	-
Variações Cambiais	26.365	16.320	33	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(797)	(11.290)	(786)	(11.262)
Ajuste a Valor Presente	3.392	15.256	-	-
Rendas FIDC	-	-	25.515	24.638
Outras	9.518	26.719	3.239	5.342
	444.085	424.522	45.900	45.663
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(668.201)	(497.709)	(23.728)	(3.650)
Variações Cambiais	(65.506)	(20.614)	(3)	(100)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(96.166)	(70.912)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(13.140)	(21.224)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(13.527)	(4.653)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(62.703)	(57.191)	(3.091)	(2.822)
Amortização de Ágio/Deságio de Investimentos	(45.231)	(34.288)	(27.620)	(21.741)
Outras	(18.865)	(74.214)	(2.220)	(2.149)
	(983.339)	(780.805)	(56.662)	(30.462)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(539.254)	(356.283)	(10.762)	15.201

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	-	-	3.754	3.328	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.842	50.842	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	4.623	4.622	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	-	-	2.755	2.682	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	610.944	46.819	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	5.366	5.366	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	35.487	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	6.676	8.619	-	-	43.150	41.843	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (2)	265.341	223.395	315.725	277.202	(1.710.308)	(1.524.505)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (3)	1.834.192	1.837.088	-	-	7.804	44.895	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS	89.351	84.746	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (4)	30.555	39.893	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	267.114	251.426	-	-	-	-
Debêntures (5)	-	-	44.214	37.083	-	-	(7.131)	(2.248)
Fundo de Direitos Creditórios (6)	-	-	857.744	890.517	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG (7)	-	-	15.196	15.870	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	105.239	99.220	-	-	(61.775)	(35.353)
Pessoal (9)	-	-	-	-	-	-	(30.924)	(31.374)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(6.434)	(7.647)
Outros	-	-	19.181	62.640	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (8)	-	-	2.108.389	2.061.608	-	-	-	-
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Programa Luz para todos	-	3.352	1.208	-	-	-	-	-
Outros Créditos	-	-	-	-	-	1.701	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para todos	-	2.567	233	-	-	-	-	-
Outros								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio	123.993	97.258	-	-	-	-	-	-
Coligadas e Controladas ou Controladoras	-	-	964	677	-	-	-	-
Outros	42	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladoras	19.457	2.877	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.
- (2) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (3) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 10;
- (4) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (6) Quotas seniores de propriedade de terceiros, no valor de R\$900.000, amortizadas em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano. Vide informações Nota Explicativa nº 10;
- (7) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (8) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da CEMIG, Cemig GT e Cemig D, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 19;
- (9) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 é conforme segue:

	30/06/2011	30/06/2010
Remuneração	4.107	2.926
Participação nos Resultados	311	576
Benefícios Pós Emprego	226	170
Benefícios Assistenciais	49	37
Total	4.693	3709

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras, Consumidores e Revendedores, Créditos a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, os Títulos e Valores Mobiliários - Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o caixa e equivalentes de caixa, os créditos com consumidores e revendedores e créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e equivalentes de Caixa	3.037.108	3.037.108	2.979.693	2.979.693
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.855.595	2.855.595	2.758.848	2.758.848
Depósitos vinculados	1.225.524	1.225.524	1.027.206	1.027.206
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.834.192	1.834.192	1.837.088	1.837.088
Ativos Financeiros – Concessão	7.979.425	7.979.425	7.941.088	7.941.088
Instrumentos Derivativos	157	157	-	-
	16.932.001	16.932.001	16.543.923	16.543.923
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	715.415	715.415	321.858	321.858
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	1.074.107	1.074.107	1.138.350	1.138.350
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.879.000	13.879.000	13.226.490	13.226.490
Instrumentos Derivativos	54.562	54.562	69.271	69.271
	15.007.669	15.007.669	14.434.111	14.434.111

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivas, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A CEMIG e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano e Euro em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da CEMIG às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	Consolidado e Controladora	
	30/06/2011	31/12/2010
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos	139.982	175.963
(+/ -) Operações Contratadas de Hedge/swap	(42.560)	(45.426)
	97.422	130.537
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos – Euro	10.805	12.626
Outros	2.367	2.675
Passivo Líquido Exposto	13.172	15.301
	110.594	145.838

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário Provável, a depreciação e a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2012, será de 6,78% para o Dólar (R\$1,667) e 4,22% para o Euro (R\$2,171), respectivamente. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos	139.982	149.478	174.978	209.973
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	(42.560)	(45.447)	(53.200)	(63.840)
	97.422	104.031	121.778	146.133
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos				
Euro	10.805	10.349	13.506	16.208
Outros	2.367	2.267	2.959	3.551
	13.172	12.616	16.465	19.759
Passivo Líquido Exposto	110.594	116.647	138.243	165.892
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		(6.053)	(27.649)	(55.298)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente Libor, no montante de R\$53.507 em 30 de junho de 2011, (R\$58.905, em 31 de dezembro de 2010).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado IFRS	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.959.519	2.885.088
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	715.415	321.858
	<u>3.674.934</u>	<u>3.206.946</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 17)	(13.879.000)	(7.655.139)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(42.560)	(45.426)
	<u>(14.521.560)</u>	<u>(7.700.565)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(10.846.626)</u>	<u>(4.815.477)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um Cenário Provável, a taxa SELIC, em 30 de junho de 2012, será de 13,00%. A Companhia fez uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia, advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50%, em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de Hedge.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/06/2011	Período até 30 de junho de 2012		
	Cenário Base SELIC 12,25%	Cenário Provável SELIC 13,00%	Cenário Possível SELIC 16,25%	Cenário Remoto SELIC 19,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.959.519	3.344.256	3.440.441	3.536.625
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	715.415	808.419	831.670	854.921
	<u>3.674.934</u>	<u>4.152.675</u>	<u>4.272.111</u>	<u>4.391.546</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 17)	(13.879.000)	(15.683.270)	(16.134.338)	(16.585.405)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(678.000)	(697.500)	(717.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(42.560)	(48.093)	(49.476)	(50.859)
	<u>(14.521.560)</u>	<u>(16.409.363)</u>	<u>(16.881.314)</u>	<u>(17.353.264)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(10.846.626)</u>	<u>(12.256.687)</u>	<u>(12.609.203)</u>	<u>(12.961.718)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(1.410.061)</u>	<u>(1.762.577)</u>	<u>(2.115.092)</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a CEMIG e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes, e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui Concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das Concessões não sejam deferidas, pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada, negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Risco de Liquidez

A CEMIG apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da CEMIG é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a CEMIG adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A CEMIG administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela CEMIG e controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam uma perda, em 30 de junho de 2011, no montante de R\$13.527 (R\$6.072 em 31 de dezembro de 2010), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira Energia em 30 de junho de 2011.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2011
Cemig Distribuição SA											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.742	US\$27.263	(51.909)	(69.366)	(51.909)	(70.565)	-	(27.366)
Taxa de 11,47% a.a	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	-	6.539	-	(1.158)	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão SA											
Madeira Energia SA											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.941	2.235	1.941	2.235	751	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	R\$2.375	11	44	11	44	-	-
						<u>(43.418)</u>	<u>(67.087)</u>	<u>(51.115)</u>	<u>(68.286)</u>	<u>751</u>	<u>(27.366)</u>

A contraparte das operações de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira Energia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de swap cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a companhia está exposta à variação do CDI. A companhia estima que a taxa do CDI, em 30 de junho de 2012, será de 13,00%. A companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 30 de junho de 2011, dos cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nestes cenários, a taxa do CDI em 30 de junho de 2012 seria de 16,25% e 19,50%, respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação ao Cenário Base

	Cenário Base 30/06/2011 12,25%	Cenário Provável 13%	Cenário Possível 16,25%	Cenário Remoto 19,5%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	42.560	48.093	49.476	50.859
Efeito Líquido da Variação do CDI		<u>(5.533)</u>	<u>(6.916)</u>	<u>(8.299)</u>
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	42.560	45.447	53.200	63.840
Efeito Líquido da Variação do US\$		<u>(2.887)</u>	<u>(10.640)</u>	<u>(21.280)</u>
Efeito Líquido		<u>(2.646)</u>	<u>3.724</u>	<u>12.981</u>

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/06/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	674.880	693.600	712.320
Efeito Líquido da Variação do CDI		<u>(74.880)</u>	<u>(93.600)</u>	<u>(112.320)</u>
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação do US\$		<u>(68.820)</u>	<u>(68.820)</u>	<u>(68.820)</u>
Efeito Líquido		<u>(6.060)</u>	<u>(24.780)</u>	<u>(43.500)</u>

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital é apresentada a seguir:

	30/06/2011	31/12/2010
Total do Passivo	22.817.854	22.079.701
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.037.108)	(2.979.693)
Dívida Líquida	19.780.746	19.100.008
Total do Patrimônio Líquido	12.457.047	11.476.133
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	1.797	772
Capital Ajustado	12.458.844	11.476.905
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado	1,59	1,66

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho 2011	Valor justo em 30 de junho de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.717.402	-	2.717.402	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	57.865	57.865	-	-
Notas do Tesouro	10.164	10.164	-	-
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	715.415	-	715.415	-
Passivos				
Contratos de Swaps	54.562	-	54.562	-

Metodologia de cálculo do valor justo

a) O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aquisição de participação acionária - Renova

A Companhia, por meio da Light S.A., aprovou em 09 de julho de 2011 uma parceria com a Renova Energia, empresa negociada em bolsa e que investe em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas.

A Light, na qualidade de novo investidor, e a Renova, na qualidade de parte investida, celebraram Acordo de Investimento por intermédio do qual a Light ingressará no capital social da Renova através da subscrição de novas ações ordinárias a serem por ela emitidas, correspondentes a um aumento de capital na Renova no montante total de R\$360.000, nos seguintes termos:

Por meio do referido Investimento, a Light passará a deter 35,1% das ações ordinárias da Renova e 26,2% do seu capital total. Todos os acionistas com participações acionárias individuais superiores a 5% (cinco por cento) do capital social da Light se comprometeram a ceder gratuitamente seus direitos de preferência no aumento de Capital da Renova em favor da Light. A partir da Reunião do Conselho de Administração da Renova que deliberar o aumento de capital, os demais acionistas da Renova terão até 30 dias para exercerem seus respectivos direitos de preferência no Aumento de Capital.

O Investimento será realizado na data da Reunião do Conselho de Administração, e, nessa mesma data, será celebrado e arquivado, na sede da Renova, Acordo de Acionistas entre a RR Participações S.A. (RR) e a Light como partes, e a Renova na qualidade de interveniente anuente (“Novo Acordo de Acionistas”), o qual tratará do exercício de direito de voto pelos acionistas, da governança corporativa da Renova, dos direitos de preferência, de igualar oferta, de venda conjunta e de saída.

O Investimento não implica em alienação de controle pela RR para fins do artigo 254-A da Lei das S.A, tampouco aquisição do controle da Renova pela Light.

b) Aquisição de participação na Light - Exercício de Opção

Em 07 de outubro de 2010, a Enlighted Partners Venture Capital LLC (“Enlighted”) exerceu a opção de venda de suas quotas no Luce LLC (“Luce”), à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ou a terceiro indicado por ela, objeto do Contrato de Opção de Venda de Quotas e Outras Avenças (“Opção”) celebrado em 24 de março de 2010 entre CEMIG e Enlighted.

Em 7 de julho de 2011, a PARATI S.A. – PARTICIPAÇÕES EM ATIVOS DE ENERGIA ELÉTRICA (“Parati”), Controlada em Conjunto da CEMIG, adquiriu 100% das participações na Luce, proprietária de 75% das quotas do LUCE BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (“FIP Luce”), que por sua vez é detentor indireto, através da LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., de 26.576.149 ações ordinárias de emissão da Light S.A. (Light), representando, aproximadamente, 9,77% do seu capital total e votante.

O valor pago à Enlighted pela referida aquisição foi de R\$515.946. Em decorrência desta transação e conforme previsto no Acordo de Quotistas do FIP Luce, a Fundação de Seguridade Social Braslight (“Braslight”), detentora dos 25% restantes das quotas do FIP Luce, passou a ter uma opção de venda de sua participação à Parati, que, caso fosse exercida, deveria ocorrer em um prazo máximo de 60 dias.

Em 15 de julho de 2011, a Parati, através da Luce, foi notificada pela Braslight, que exerceria a Opção de Venda (“Opção de Venda”) de sua participação de 25% no FIP Luce, o que ocorreu em 28 de julho de 2011. O valor pago à Braslight pela referida aquisição foi de R\$171.982 mil.

O exercício das opções mencionadas não afeta a validade do acordo de acionistas atualmente vigente, celebrado em 30 de dezembro de 2009, disponível no site da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

c) Aumento de Capital na Madeira Energia S.A. – MESA

A controlada em conjunto da Cemig Geração e Transmissão, Madeira Energia S.A. - MESA, em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de julho de 2011, aprovou o aumento de capital social da Companhia mediante a emissão de 507.000.000 (quinhentos e sete milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor de emissão de R\$1,00 (um real) cada, totalizando R\$507.000. As ações ora emitidas foram totalmente subscritas na proporção da participação de cada um dos acionistas no capital social da Companhia e foram totalmente integralizadas no dia 25 de julho de 2011. Após o aumento de capital, o capital social da MESA, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$1.674.100, dividido em 1.674.100.000 (um bilhão, seiscentos e setenta e quatro milhões e cem mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

d) Prazo de recomposição do percentual mínimo de ações em circulação na Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. recebeu em 01 de julho de 2011 correspondência eletrônica enviada pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, deferindo o pedido de extensão de prazo para a Companhia atingir o percentual mínimo de ações em circulação de 25% das ações (“Percentual Mínimo de Ações em Circulação”), conforme requerido pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa (“Regulamento”), por meio de uma oferta pública de distribuição de ações.

De acordo com a correspondência, a recomposição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação pela Companhia, nos termos do Regulamento, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2012.

A Companhia deverá, ainda, manter em circulação no mercado, no mínimo, o percentual apresentado atualmente de 4,72% do capital social total até a sua recomposição. Caso as ações em circulação atinjam patamar superior a 4,72%, em qualquer momento durante o prazo acima mencionado, não será permitida a redução desse patamar, até que seja ultrapassado o percentual de 25%, quando então passará a observar o disposto no Regulamento.

e) Reajustes Tarifários das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica – Ciclo 2011/2012

Em 01 de julho de 2011 foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução Homologatória nº 1.171, de 28 de junho de 2011, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - RAPs para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e demais instalações de transmissão referentes ao ciclo 2011-2012.

Os percentuais de reajuste foram:

- Na Cemig Geração e Transmissão foi de 10,40%, composto de 9,77% pela variação do IGP-M no período de junho de 2010 a maio de 2011, e, o restante, em função de novas obras que entraram em operação no último ano.
- IGPM : 9,76% (TSN,GTESA, PATESA, Munirah, NVT, ETEO e ETAU).
- IPCA: 6,55% (Brasnorte).

f) Pagamento antecipado das notas promissórias

Em 27 de julho de 2011, a Companhia comunicou aos titulares das notas promissórias em circulação da 3ª Emissão, em Série Única, que efetuará o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias em circulação (“Resgate Antecipado Total”), de forma unilateral, no dia 4 de agosto de 2011. A Companhia efetuou o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, acrescido da remuneração, prevista no item I das respectivas Cártulas, calculada pro rata temporis, desde a data de emissão, até a referida data de resgate (“Pagamento”).

30. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2011

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG-D	LIGHT	ETEP, ENTE, ERT, EATE, ECTE	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	13.900.756	15.042.669	10.508.859	2.534.917	1.303.915	864.523	410.886	188.569	155.801	981.056	(10.617.050)	35.274.901
Caixa e Equivalentes de Caixa	135.211	1.600.997	681.488	113.862	29.309	64.875	72.607	12.272	15.613	310.874	-	3.037.108
Contas a Receber	-	524.792	1.844.157	408.779	32.400	155.891	-	4.217	3.180	50.361	(168.182)	2.855.595
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	-	710.615	605	2.911	-	-	-	-	-	1.284	-	715.415
Tributos	427.824	911.401	1.309.012	326.972	7.878	77.618	43.910	10.862	88	33.275	-	3.148.840
Outros Ativos	1.987.929	291.370	1.254.461	139.924	50.618	27.763	23.625	4.105	39	43.917	61.240	3.884.991
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.349.792	11.003.494	5.419.136	1.542.469	1.183.710	538.376	270.744	157.113	136.881	541.345	(10.510.108)	21.632.952
PASSIVO	13.900.756	15.042.669	10.508.859	2.534.917	1.303.915	864.523	410.886	188.569	155.801	981.056	(10.617.050)	35.274.901
Fornecedores e suprimentos	1.486	148.791	751.482	143.196	4.305	29.451	9.775	1.246	2.322	16.986	(56.313)	1.052.727
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	408.917	7.691.798	3.360.257	781.215	428.903	144.238	88.650	-	-	117.278	857.744	13.879.000
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	624.563	610.944	5.823	-	9.320	16.268	7.225	16.310	14.650	61.631	(745.918)	620.816
Obrigações Pós-Emprego	98.462	437.234	1.388.717	270.904	-	-	-	-	-	18.311	-	2.213.628
Tributos	21.435	1.138.598	1.396.062	170.928	103.373	28.667	9.699	50.645	1.442	39.146	-	2.959.995
Outros Passivos	288.845	463.048	916.152	301.431	38.285	178.002	7.426	2.821	2.851	57.243	(164.416)	2.091.688
Patrimônio Líquido	12.457.048	4.552.256	2.690.366	867.243	719.729	467.897	288.111	117.547	134.536	670.461	(10.508.147)	12.457.047
RESULTADO												
Receita Operacional Líquida	183	2.067.002	4.082.392	905.080	142.656	211.882	62.200	24.429	19.057	135.014	(224.286)	7.425.609
Custos e Despesas Operacionais	(39.751)	(954.096)	(3.484.592)	(776.804)	(20.544)	(164.572)	(50.234)	(6.366)	(7.044)	(53.986)	230.483	(5.327.506)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(281.362)	(1.463.718)	(435.579)	-	-	-	(92)	(243)	(13.925)	102.815	(2.092.104)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(114.857)	(318.811)	(58.141)	-	-	-	(4)	(1.393)	(6.082)	117.038	(382.250)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(142.831)	-	-	-	-	-	(142.831)
Custo de construção	-	(28.182)	(572.165)	(85.037)	(6.108)	-	-	-	-	(3.946)	-	(695.438)
Pessoal	(25.145)	(144.978)	(369.290)	(35.871)	(4.673)	(8.276)	(8.938)	(562)	(661)	(5.776)	-	(604.170)
Participações dos Empregados no Resultado	1.714	(5.093)	(20.043)	-	-	-	(516)	(109)	(40)	(3)	-	(24.090)
Obrigações Pós-Emprego	(4.218)	(13.892)	(43.665)	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.775)
Materiais	(84)	(9.424)	(33.218)	(3.227)	260	(491)	(190)	(109)	(93)	(654)	-	(47.230)
Serviços de Terceiros	(2.920)	(65.665)	(315.870)	(55.269)	(7.303)	(2.820)	(10.231)	(1.055)	(1.475)	(10.797)	4.431	(468.974)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(70.434)	-	-	-	-	-	(1.375)	(618)	(1.922)	-	(74.349)
Depreciação e Amortização	(176)	(182.016)	(189.595)	(47.752)	(1.166)	(10.185)	(18.106)	(2.821)	(2.193)	(8.176)	-	(462.186)
Provisões Operacionais	(763)	(1.725)	(63.126)	(41.852)	-	-	(8)	(8)	(81)	737	-	(106.826)
Outras Despesas Líquidas	(8.159)	(36.468)	(95.091)	(14.076)	(1.554)	31	(12.245)	(231)	(247)	(3.442)	6.199	(165.283)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	(39.568)	1.112.906	597.800	128.276	122.112	47.310	11.966	18.063	12.013	81.028	6.197	2.098.103
Resultado Financeiro Líquido	(10.762)	(346.190)	(122.425)	(48.341)	(18.749)	3.094	(1.558)	109	403	5.165	-	(539.254)
Resultado antes do IR e CSLL	(50.330)	766.716	475.375	79.935	103.363	50.404	10.408	18.172	12.416	86.193	6.197	1.558.849
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.164	(255.042)	(161.906)	(24.769)	(18.918)	(16.615)	(636)	(6.159)	(773)	(26.987)	-	(509.641)
Resultado do Período	(48.166)	511.674	313.469	55.166	84.445	33.789	9.772	12.013	11.643	59.206	6.197	1.049.208

31. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2011

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.724.735	619.514	5.016.326	211.882	62.200	21.116	(230.164)	7.425.609
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								-
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(281.710)	-	(1.913.209)	-	-	-	102.815	(2.092.104)
Encargos de Uso do Sist. de Transmissão	(126.129)	(129)	(378.909)	-	-	-	122.917	(382.250)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(142.831)	-	-	-	(142.831)
Total Custo com energia elétrica e gás	(407.839)	(129)	(2.292.118)	(142.831)	-	-	225.732	(2.617.185)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS								-
Pessoal e Administradores	(58.705)	(92.423)	(406.525)	(8.276)	(8.938)	(29.303)	-	(604.170)
Participações dos Empregados	(3.508)	(1.737)	(20.043)	-	(516)	1.714	-	(24.090)
Entidade de Previdência Privada	(13.892)	-	(43.665)	-	-	(4.218)	-	(61.775)
Materiais	(5.000)	(4.861)	(36.552)	(491)	(190)	(136)	-	(47.230)
Matéria-prima e Insumos para Produção de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros	(47.768)	(34.752)	(373.274)	(2.820)	(10.231)	(4.560)	4.431	(468.974)
Depreciação e Amortização	(182.662)	(11.764)	(239.207)	(10.185)	(18.106)	(262)	-	(462.186)
Provisões Operacionais	8.102	(7.433)	(106.728)	-	(8)	(759)	-	(106.826)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(74.349)	-	-	-	-	-	-	(74.349)
Custo de Construção	(16.450)	(18.628)	(660.360)	-	-	-	-	(695.438)
Outras	(22.772)	(17.010)	(111.044)	31	(12.245)	(7.722)	5.479	(165.283)
Total Custo de Operação	(417.004)	(188.608)	(1.997.398)	(21.741)	(50.234)	(45.246)	9.910	(2.710.321)
CUSTO TOTAL	(824.843)	(188.737)	(4.289.516)	(164.572)	(50.234)	(45.246)	235.642	(5.327.506)
Lucro Oper. antes Result. Equiv. Patrim. e Receitas(despesas)	899.892	430.777	726.810	47.310	11.966	(24.130)	5.478	2.098.103
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(108.284)	(251.552)	(171.813)	3.094	(1.558)	(9.141)	-	(539.254)
Lucro(Prejuízo) antes do IR,CS e Participação dos empregados	791.608	179.225	554.997	50.404	10.408	(33.271)	5.478	1.558.849
Imposto de Renda e Contribuição Social	(264.478)	(40.073)	(216.871)	(16.615)	(2.955)	(2.261)	-	(543.253)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.803	(21.021)	29.805	-	2.320	1.705	-	33.612
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	547.933	118.131	367.931	33.789	9.773	(33.827)	5.478	1.049.208

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

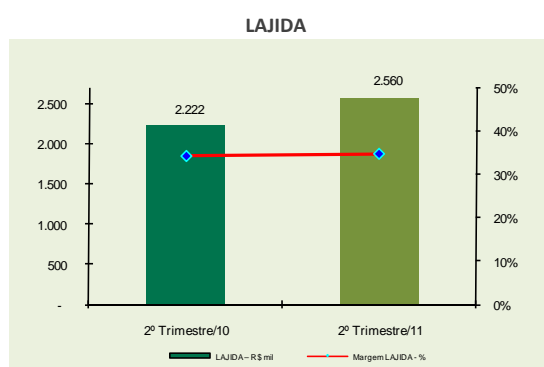
Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro semestre de 2011, um Lucro Líquido Consolidado de R\$1.049.208 em comparação ao Lucro Líquido Consolidado de R\$927.180 no primeiro semestre de 2010 representando um aumento de 13,16%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento na receita da Companhia em função do crescimento de 8,14% na quantidade de energia vendida, principalmente em decorrência do crescimento da atividade industrial, e do aumento da receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição - TUSD em 29,75%, em função da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o mercado livre.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG, no primeiro semestre de 2011, apresentou um aumento de 4,88% em relação ao primeiro semestre de 2010.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2011	30/06/2010	Var %
Resultado do Período	1.049.208	927.180	13,16
+ Provisão IR e Contribuição Social	509.641	500.916	1,74
+ - Resultado Financeiro Líquido	539.254	356.283	51,36
+ Amortização e Depreciação	462.186	437.862	5,56
= LAJIDA	2.560.289	2.222.241	15,21
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	-	177.592	-
+ ICMS Consumidor Baixa Renda	-	25.702	-
+ Programa de Desligamento voluntário - PDV	10.219	25.378	(59,73)
= LAJIDA AJUSTADO	2.570.508	2.450.913	4,88



O aumento do LAJIDA, no primeiro semestre de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento de 13,89% na Receita, compensado parcialmente pelo aumento de 13,21% nos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos da Depreciação e Amortização. O aumento dos Custos e Despesas Operacionais, verificado no primeiro semestre de 2011, em relação ao primeiro semestre de 2010, refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 34,08%, em 2010, para 34,48% em 2011.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$8.058.144, no primeiro semestre de 2011, em comparação a R\$7.207.333 no primeiro semestre de 2010, o que representa um aumento de 11,80%.

Consumidores Finais

A Receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$7.113.900, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$6.450.521 no mesmo período de 2010. Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- aumento de 10,81% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
- reajuste tarifário, na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- reajuste dos contratos de venda de energia a consumidores livres, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.
- Apesar dos efeitos acima relatados, a receita apresenta um aumento de 11,80%, principalmente, em função dos impactos decorrentes de ativos e passivos regulatórios que foram transferidos para as tarifas nos períodos em análise.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	1º Semestre de 2011	1º Semestre de 2010	Var %
Residencial	5.449.537	4.868.033	11,95
Industrial	12.747.757	11.628.653	9,62
Comércio, Serviços e Outros	3.541.497	3.066.015	15,51
Rural	1.148.382	1.111.073	3,36
Poder Público	608.034	519.498	17,04
Iluminação Pública	666.924	596.534	11,80
Serviço Público	708.963	654.505	8,32
Total	24.871.094	22.444.311	10,81

Receita com Suprimento

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 6,14%, sendo, verificado um aumento de 14,89% no preço médio de venda de energia, R\$119,15/MWh em 2011 na comparação com R\$103,71/MWh em 2010. Dessa forma, ocorreu um aumento de 21,95% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$812.805 em 2011 na comparação com R\$666.515 em 2010. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias de energia foi de 6.821.812 MWh no primeiro semestre de 2011 comparados a 6.426.910 MWh no primeiro semestre de 2010.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$903.585 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$696.401 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 29,75%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor Elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede apresentou um crescimento de 4,00% correspondente a R\$25.929 (R\$673.577 no primeiro semestre de 2011, comparada a R\$647.648 no primeiro semestre de 2010).

Esta receita representa a disponibilização da rede de transmissão ao sistema interligado da Cemig GT e também das transmissoras controladas em conjunto, entre os quais destacamos o grupo de transmissoras conhecidas como TBE e Taesa.

O aumento nesta receita em 2011 decorre principalmente da aquisição de participação na Taesa em maio de 2010 através de oferta pública de ações, o que impactou favoravelmente na consolidação dessas receitas no primeiro semestre de 2011.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre à Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre à Receita foram de R\$3.347.302, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$2.919.883, no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 14,64%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$335.546, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$225.071 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 49,08%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de Transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$245.275, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$209.709 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 16,96%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para o valor registrado, referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, no primeiro semestre de 2011, foram de R\$5.327.506 comparados a R\$4.735.338 no primeiro semestre de 2010, com aumento de 12,51%. Este resultado decorre, principalmente, dos aumentos nos custos com energia comprada para revenda e serviços de terceiros. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.092.104, no primeiro semestre de 2011, comparada a R\$1.578.771 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 32,51%. O aumento nos custos decorre basicamente da maior atividade de comercialização de energia pela Cemig GT, com o reflexo positivo no aumento da receita da Companhia. Este é um Custo não controlável, na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no primeiro semestre de 2011, foi de R\$382.250 comparada a R\$361.378 no primeiro semestre de 2010, um aumento de 5,78%.

Esta Despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um Custo não controlável, na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Depreciação/Amortização

A Despesa com Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 5,56%, na comparação entre os períodos: R\$462.186, no primeiro semestre de 2011, comparada a R\$437.862 no primeiro semestre de 2010. Este resultado decorre, substancialmente do maior programa de investimentos da Companhia, principalmente no negócio de distribuição.

Obrigações Pós-emprego

A despesa com obrigação pós-emprego foi de R\$61.775 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$35.353 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 74,74%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$106.826, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$207.133 no primeiro semestre de 2010, uma redução de 48,43%. Esta variação decorre, principalmente, da provisão constituída referente majoração tarifária no montante de R\$143.447 no 1º semestre de 2010 em comparação a R\$17.657 no 1º semestre de 2011. A provisão constituída em 2010 decorre substancialmente de celebração de acordo para encerrar processo judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86. Vide mais detalhes na nota explicativa 23 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$142.831, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$101.082 no primeiro semestre de 2010 representando um aumento de 41,30%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2011, consequência da maior atividade industrial.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado, no primeiro semestre de 2011, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$539.254, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$356.283 no primeiro semestre de 2010. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$668.201, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$497.709 no primeiro semestre de 2010. Este aumento decorre da entrada de novos recursos de financiamento, destacando-se a captação de R\$600.000 pela Cemig Distribuição, em maio de 2010, e da maior variação do CDI no primeiro semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrência do aumento na taxa Selic definida pelo Banco Central do Brasil;
- Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$96.166 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$70.912 no primeiro semestre de 2010. Este aumento decorre, substancialmente, do maior volume de recursos com indexação ao IPCA no período de janeiro a junho de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010, decorrente de financiamentos obtidos no final do 1º trimestre de 2010.
- Perdas líquidas com variações cambiais, no primeiro semestre de 2011, no montante de R\$39.141, comparados a perdas líquidas de R\$4.294 no primeiro semestre de 2010, advindos, basicamente, de Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, indexados ao Dólar Norte-Americano e ao Iene. Este resultado decorre, principalmente, da variação do Dólar e do Euro nos períodos comparados. No primeiro semestre de 2011, o Dólar apresentou uma desvalorização de 4,75% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, apresentou valorização de 3,43%. O Euro apresentou, no primeiro semestre de 2011, uma valorização de 2,59% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, apresentou desvalorização de 11,62%.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 24 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro semestre de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$509.641 em relação ao lucro de R\$1.558.849, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,69%. No primeiro semestre de 2010, a CEMIG apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$500.916 em relação ao lucro de R\$1.428.096, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 35,08%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Conciliação do lucro líquido com o lucro líquido regulatório

A conciliação do Lucro líquido de acordo com as novas práticas contábeis e o lucro líquido regulatório, que determina o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, é como segue:

	30/06/2011 Consolidado
Lucro líquido em IFRS acumulado até Período	1.049.208
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios - CVA (*)	(96.547)
Demais itens regulatórios	(81.283)
Revisão Tarifária de Transmissão Cemig GT	(30.623)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	83.020
Lucro líquido Regulatório acumulado até Período	923.774

(*) Conta de Compensação de variação de itens da Parcela A - CVA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2011 E 2010

	Segundo Trim/2011	Segundo Trim/2010
RECEITA	3.820.000	3.431.572
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	(297.531)	(298.687)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(25.740)	(43.259)
Obrigações Pós-emprego	(30.887)	(7.448)
Materiais	(28.891)	(30.466)
Serviços de Terceiros	(254.325)	(226.632)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.016.344)	(860.830)
Depreciação e Amortização	(229.389)	(223.958)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(36.356)	(34.108)
Provisões (Reversão) Operacionais	(65.758)	(183.985)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(192.637)	(174.457)
Gás Comprado para Revenda	(80.464)	(51.601)
Custos de Construção	(427.253)	(305.976)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(95.784)	(156.104)
	(2.781.359)	(2.597.511)
Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro Líquido	1.038.641	834.061
Resultado financeiro líquido	(256.435)	(226.837)
Resultado antes dos Impostos	782.206	607.224
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(312.162)	(208.986)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.013	8.876
RESULTADO DO PERÍODO	523.057	407.114

Lucro do Trimestre

A CEMIG apresentou, no segundo trimestre de 2011, um Resultado de R\$523.057, em comparação ao Resultado de R\$407.114 no segundo trimestre de 2010, um aumento de 28,48%.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG, no segundo trimestre de 2011, apresentou um aumento de 19,85% na comparação com o mesmo período de 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA não apresenta variação significativa, uma redução de 0,36%.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var %
Resultado do Período	523.057	407.114	28,48
+ Despesa de IR e Contribuição Social	259.149	200.110	29,50
- Resultado Financeiro Líquido	256.435	226.837	13,05
+ Amortização e Depreciação	229.389	223.958	2,43
LAJIDA	1.268.030	1.058.019	19,85
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	-	177.592	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	-	25.702	-
+ Programa de Desligamento Voluntário - PDV/PPD	2.919	14.246	(79,51)
= LAJIDA AJUSTADO	1.270.949	1.275.559	(0,36)

Os eventos não recorrentes que afetaram o LAJIDA em 2011 e 2010 são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, na Cemig Distribuição S.A., no montante de R\$177.592, decorrente de Acordo, referente à Ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa, introduzido pelo DNAEE, durante o Plano Cruzado;
- Reconhecimento de Despesa com ICMS, referente à subvenção de desconto, na tarifa de consumidor de baixa renda, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão a programa de anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais;
- Registro de Provisão, em 2011 e 2010, nos valores de R\$2.919 e R\$14.246, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

Receita

	Consolidado IFRS	
	Segundo trim/11	Segundo trim/10
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	4.089.093	3.741.840
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	379.210	361.359
Receita de Uso da Rede de Transmissão	393.713	386.566
Receita de Construção	428.167	305.976
Outras Receitas Operacionais	229.469	162.578
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.699.652)	(1.526.747)
Receita Operacional Líquida	3.820.000	3.431.572

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
Residencial	2.618.129	2.518.012	3,98	1.312.405	1.211.164	8,36
Industrial	6.490.521	6.040.712	7,45	1.076.295	981.589	9,65
Comércio, Serviços e Outros	1.731.748	1.593.513	8,67	735.098	701.331	4,81
Rural	611.540	607.873	0,60	164.346	154.226	6,56
Poder Público	306.349	289.769	5,72	134.607	125.751	7,04
Iluminação Pública	344.169	309.525	11,19	89.132	78.453	13,61
Serviço Público	353.690	344.898	2,55	103.170	100.531	2,63
Subtotal	12.456.146	11.704.302	6,42	3.615.053	3.353.045	7,81
Consumo Próprio	14.431	13.617	5,98	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	22.384	34.227	(34,60)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	21.197	(400)	-
	12.470.577	11.717.919	6,42	3.658.634	3.386.872	8,02
Suprimento a Outras Concessionárias	3.411.595	3.189.832	6,95	448.081	335.388	33,60
Transações com Energia na CCEE	1.040.058	1.853.463	(43,89)	(20.548)	17.815	-
Venda PROINFA	13.317	7.299	82,45	2.927	1.765	65,84
Total	16.935.547	16.768.513	1,00	4.089.093	3.741.840	9,28

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

A Receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.089.093, no segundo trimestre de 2011, em comparação a R\$3.741.840 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 9,28%.

Os principais impactos, na Receita de 2011, decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores, de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- Aumento de 6,42% no volume de energia faturada a consumidores finais, excluindo consumo próprio.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 6,95%, sendo, verificado um aumento de 24,92% no preço médio de venda de energia, R\$131,34/MWh no segundo trimestre de 2011 na comparação com R\$105,14/MWh no segundo trimestre de 2010. Dessa forma, ocorreu um aumento de 33,60% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$448.081 no segundo trimestre de 2011 na comparação com R\$335.388 no segundo trimestre de 2010. A quantidade de energia vendida a outras concessionárias de energia foi de 3.411.595 MWh no segundo trimestre de 2011 comparados a 3.189.832 MWh no segundo trimestre de 2010.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$379.210 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$361.359 no segundo trimestre de 2010, um aumento de 4,94%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor.

Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede não apresentou variação significativa: R\$393.713 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$386.566 no segundo trimestre de 2010.

Impostos e Encargos Incidentes sobre à Receita

Os impostos e encargos incidentes sobre à receita foram de R\$1.699.652, no segundo trimestre de 2011, comparada a R\$1.526.747 no segundo trimestre de 2010, um aumento de 11,33%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

A dedução à Receita referente à CCC foi de R\$178.244, no segundo trimestre de 2011, comparada a R\$126.129 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 41,32%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 12,79% nos períodos comparados. A dedução à Receita, referente à CDE, foi de R\$122.419, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$108.533 no primeiro semestre de 2010.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$2.781.359, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$2.597.511 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 7,08%. Este resultado deve-se, principalmente, dos aumentos nos custos com energia elétrica comprada para revenda, serviços de terceiros e gás comprado para revenda.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.016.344, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$860.830 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 18,06%. O aumento da despesa decorre basicamente da maior atividade de comercialização de energia em 2011, com a compra de energia para revenda. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 23 às Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão, no segundo trimestre de 2011, foi de R\$192.637 comparados a R\$174.457 no segundo trimestre de 2010. Um aumento de 10,42%.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais corresponderam a uma despesa de R\$65.758, no segundo trimestre de 2011, comparada a uma despesa de R\$183.985 no segundo trimestre de 2010. Esta variação decorre, principalmente, da celebração de Acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial, referente ao Reajuste Tarifário, determinado pela Portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$177.592 provisionados em maio de 2010.

Gás Comprado para Revenda

O Custo com compra de gás para revenda foi de R\$80.464, no segundo trimestre de 2011, comparado a R\$51.601 no segundo trimestre de 2010 representando um aumento de 55,94%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2011 em função da maior atividade industrial.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas foram de R\$256.435 no segundo trimestre de 2011 na comparação com R\$226.837 no segundo trimestre de 2010, uma variação de 13,05%. Os principais fatores que explicam a variação no Resultado Financeiro dos trimestres comparados são como segue:

- Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$365.502 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$266.675 no segundo trimestre de 2010. Este aumento decorre basicamente da maior variação do CDI no segundo trimestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010. A variação do CDI, no segundo trimestre de 2011 foi de 2,76% comparado a 2,18% no segundo trimestre de 2010.
- Aumento na Despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos, em moeda nacional: R\$45.202 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$38.937 no segundo trimestre de 2010. Esta despesa decorre de novos empréstimos ocorridos a partir de março de 2010 e da variação do IGP-M e do IPCA, principais indexadores dos contratos. O IPCA apresentou variação de 1,39% no segundo trimestre de 2011 comparada a uma variação de 1,01% no segundo trimestre de 2010. Esta variação foi parcialmente compensada pela menor variação do IGP-M, uma variação de 0,70% no segundo trimestre de 2011 comparada a uma variação de 2,83% no segundo trimestre de 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no segundo trimestre de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$259.149 em relação ao lucro de R\$782.206, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,13%. No segundo trimestre de 2010, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$200.110, em relação ao lucro de R\$607.224, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 32,95%.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2010, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais como a empresa líder da sua indústria.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor nos nossos papéis.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; road shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 15º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Belo Horizonte, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA (excepcionalmente para 2006 e 2007 de 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente);
- investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 27 vezes durante o ano de 2010 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual Conselho de Administração foi eleito em 29 de abril de 2010, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2012.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Desde 2006, existem comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;
5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2012.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;

- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2010 foram realizadas 65 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2010, foram realizadas 11 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Foi estabelecido um link entre os controles e as contas contábeis potencialmente significativas, nas demonstrações financeiras do exercício de 2009, bem como validado o desenho dos processos e dos controles-chave para assegurar a mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa, Atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis, Comitê de Controle e Gestão, etc.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://ri.cemig.com.br>.

**POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM
30 DE JUNHO DE 2011**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS (mil)	%	AÇÕES PREFERENCIAIS (mil)	%	TOTAL DE AÇÕES (mil)	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	50,96	-	0,00	151.993.292	22,27
Outras Entidades do Estado	40.197	0,01	7.057.472	1,84	7.097.669	1,00
Total Controlador	152.033.489	50,97	7.057.472	1,84	159.090.961	23,31
AGC Energia S/A	98.321.592	32,96	-	0,00	98.321.592	14,41

Nota: o acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

	30 DE JUNHO 2011		30 DE JUNHO 2010	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	152.033.489	7.057.472	152.033.489	7.057.472
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2.324	1.188	22	480
Adriano Magalhães Chaves	1	-	1	-
Antônio Adriano Silva	1	-	1	-
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	1	-	1	-
Cezar Manoel de Medeiros	1	-	1	-
Djalma Bastos de Morais	-	55	-	55
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	1	-	-	-
Eduardo Borges de Andrade	-	1	-	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	424
Francelino Pereira dos Santos	1	-	1	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	1	-
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	1	-
Guy Maria Villela Paschoal	11	-	11	-
João Camilo Penna	1	1	1	1
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Leonardo Maurício Colombini Lima	1	-	-	-
Luiz Carlos Costeira Urquiza	1	-	-	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	1	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	1	-
Newton Brandão Ferraz Ramos	1	-	-	-
Otávio Marques de Azevedo	-	1	-	-
Paulo Márcio de Oliveira Monteiro	-	421	-	-
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	-	1	-	-
Paulo Sérgio Machado Ribeiro	96	1	-	-
Renato Torres de Faria	-	1	-	-
Ricardo Antônio Mello Castanheira	1	-	-	-
Ricardo Coutinho de Sena	-	1	-	-
Saulo Alves Pereira Júnior	-	1	-	-
Tarcísio Augusto Carneiro	2.201	280	-	-

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30 DE JUNHO DE 2011		30 DE JUNHO DE 2010	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA	9	696	7	479
Djalma Bastos de Morais	-	55	-	55
Arlindo Porto Neto	1	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	424	-	424
Frederico Pacheco de Medeiros	1	-	-	-
Fuad Jorge Noman Filho	-	-	-	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
José Raimundo Dias Fonseca	-	-	-	-
Luiz Fernando Rolla	6	-	6	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	-
Luiz Henrique Michalick	-	217	-	-
Maria Celeste Morais Guimarães	1	-	-	-
CONSELHO FISCAL	4.400	-	-	-
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Helton da Silva Soares	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Newton de Moura	-	-	-	-
Rafael Cardoso Cordeiro	4.400	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	-	-	-	-

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2011	146.233.846	49,03	376.794.638	98,09	523.028.484	76,64
30.06.2010	146.227.483	49,03	376.795.562	98,09	523.023.045	76,64

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG .
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 30 de junho de 2011 totalizava R\$9.133 milhões, de acordo com as expectativas da Administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. Em 30 de junho de 2011, o montante do ativo imobilizado proporcional à Companhia é de R\$913,3 milhões.

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 17, as controladas Cemig Geração e Transmissão S.A e Cemig Distribuição S.A possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas de compromissos financeiros (“covenants”) que não estavam atendidos na data base 30 de junho de 2011. A Administração das controladas obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$ R\$3.508 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011. Após obtenção dos waivers, tais passivos financeiros voltaram a ser classificados como passivo não circulante. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0